



PREFEITURA DE
CARANDAÍ

**CONTROLADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 01, DE 08 DE JULHO DE 2026

Regulamenta a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Municipal, disciplina o planejamento, a instrução processual, a gestão de riscos, a tramitação eletrônica, a atuação da Controladoria-Geral do Município e a padronização dos objetos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARANDAÍ/MG, no exercício das atribuições legais conferidas pelo art. 7º da Lei Municipal nº 2.537, de 29 de março de 2023, para expedir instruções normativas de cumprimento obrigatório por todas as unidades executoras, com vistas à padronização de procedimentos e rotinas de controle interno;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.537/2023, que institui o Sistema de Controle Interno de Carandaí e atribui à Controladoria-Geral do Município competências de coordenação, orientação, normatização, avaliação, auditoria, monitoramento e padronização de rotinas;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 11, parágrafo único, que exige governança, planejamento, segregação de funções, gestão de riscos, controles internos, transparência, economicidade e atuação preventiva nas contratações públicas;

CONSIDERANDO que a fase preparatória deve demonstrar a necessidade administrativa, a solução pretendida, a estimativa de preços, a análise de riscos, a motivação, a compatibilidade orçamentária e os demais elementos necessários à decisão;

CONSIDERANDO que a gestão de riscos, observadas as diretrizes da ABNT NBR ISO 31000:2018, deve orientar o planejamento, o saneamento de falhas e o acionamento seletivo da Controladoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO que a padronização de objetos, o uso de catálogos oficiais, a pesquisa de preços, a tramitação eletrônica, a rastreabilidade e a auditabilidade fortalecem a governança, o controle e a prevenção de irregularidades;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes, fluxos e rotinas para a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Municipal, com fundamento na competência da Controladoria-Geral do Município para coordenar o Sistema de Controle Interno e promover a padronização de procedimentos.

§ 1º As disposições desta Instrução Normativa vinculam todas as unidades administrativas integrantes do Sistema de Controle Interno do Município e são de observância obrigatória na instrução, análise, aprovação, execução, fiscalização e controle dos processos de contratação pública.



§ 2º A aplicação desta Instrução Normativa tem por finalidade assegurar legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, transparência, rastreabilidade, integridade e controle na gestão dos recursos públicos, nos termos das atribuições conferidas à Controladoria-Geral do Município pela Lei Municipal nº 2.537/2023.

CAPÍTULO II - DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 2º A governança das contratações públicas compreende o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia, planejamento, integridade, gestão de riscos, controles internos, transparência, monitoramento, avaliação e melhoria contínua destinados a assegurar o alinhamento das contratações ao interesse público, ao planejamento institucional, à execução orçamentária, à eficiência administrativa, à economicidade, à integridade e à geração de valor público.

§ 1º A governança das contratações públicas não se limita ao cumprimento formal do rito licitatório, devendo assegurar que a tomada de decisão administrativa seja orientada por critérios técnicos, objetivos, motivados, rastreáveis, proporcionais e baseados em evidências.

§ 2º Os processos de contratação deverão ser estruturados de modo a prevenir falhas de planejamento, contratações emergenciais evitáveis, fracionamento indevido, sobrepreço, direcionamento, restrição injustificada à competitividade, inexecução contratual, desperdício de recursos públicos, ausência de responsabilização e decisões desprovidas de fundamentação técnica suficiente.

Art. 3º Compete à alta administração, nos termos do art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, implementar processos e estruturas de governança das contratações, inclusive mecanismos de gestão de riscos e controles internos, destinados a avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios, as contratações diretas, os contratos administrativos e seus resultados.

§ 1º A alta administração deverá assegurar condições institucionais, normativas, tecnológicas, orçamentárias e operacionais para o adequado planejamento das contratações, a segregação de funções, a padronização de procedimentos, a capacitação dos agentes públicos, a utilização de sistema eletrônico, a gestão de riscos, a transparência dos atos, o monitoramento de resultados e o funcionamento efetivo dos controles internos.

CAPÍTULO III - DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º Os processos de contratação deverão observar, em todas as suas etapas, o princípio da segregação de funções entre unidades e agentes responsáveis, de modo a evitar a concentração de atividades mais suscetíveis a risco em uma mesma pessoa ou unidade administrativa, consideradas a estrutura de pessoal disponível e a realidade prática da Administração.

§ 1º É vedada a concentração indevida de atribuições sempre que essa circunstância puder comprometer a imparcialidade, o controle, a rastreabilidade dos atos ou a adequada responsabilização dos agentes, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas em razão da estrutura administrativa disponível.

§ 2º A segregação de funções deverá ser observada ao longo de todo o processo de contratação, de forma proporcional à complexidade do objeto, ao nível de risco envolvido e à estrutura de pessoal disponível.

§ 3º A responsabilidade da alta administração pela governança das contratações não afasta a responsabilidade própria dos setores requisitantes, dos agentes de contratação e pregoeiros, das equipes de apoio, dos gestores e fiscais de contratos, das unidades técnicas, da assessoria jurídica, da Controladoria-Geral do Município e dos

demais agentes públicos pelos atos, informações, estudos, decisões e controles praticados no âmbito de suas competências.

Art. 5º A governança das contratações públicas deverá observar, no mínimo, os seguintes pilares:

I - planejamento estratégico, orçamentário e operacional, com alinhamento das contratações ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual, ao Plano de Contratações Anual, às políticas públicas setoriais e às necessidades institucionais;

II - segregação de funções e definição clara de responsabilidades, com separação adequada entre requisição, planejamento, elaboração técnica, pesquisa de preços, condução do procedimento, controle, decisão, gestão, fiscalização, liquidação, pagamento e encerramento contratual;

III - gestão de riscos e controles internos, com identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação e registro dos riscos que possam comprometer a legalidade, a economicidade, a competitividade, a integridade, a execução contratual ou os resultados pretendidos;

IV - transparência, publicidade, rastreabilidade, integridade dos registros e uso de dados para a tomada de decisão, inclusive mediante divulgação dos atos obrigatórios no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos portais oficiais e nos demais meios exigidos pela legislação aplicável;

V - padronização de fluxos, documentos, catálogos, modelos, checklists, critérios de análise e procedimentos, a fim de reduzir assimetrias, retrabalho, discricionariedade excessiva e inconsistências na instrução processual;

VI - monitoramento, avaliação de resultados e melhoria contínua dos processos de contratação, com utilização de indicadores de desempenho, achados de auditoria, recomendações de controle, dados históricos, ocorrências contratuais e lições aprendidas.

CAPÍTULO IV - DO PLANEJAMENTO ANUAL, DO MONITORAMENTO E DA MELHORIA CONTÍNUA

Seção I - Do Plano de Contratações Anual

Art. 6º O Plano de Contratações Anual, quando adotado ou exigido, constituirá instrumento de governança, planejamento e racionalização das contratações públicas, devendo subsidiar a programação orçamentária, a priorização das demandas, a consolidação de objetos semelhantes, a prevenção de contratações emergenciais evitáveis, a definição de cronogramas, a alocação de recursos e a identificação antecipada de riscos.

Parágrafo único. A ausência, inconsistência, desatualização ou inobservância injustificada do planejamento anual de contratações constitui fator de risco para fins de controle interno, saneamento processual, auditoria de conformidade e avaliação da governança das contratações.

Seção II - Da Avaliação e do Monitoramento da Governança

Art. 7º A Controladoria-Geral do Município, no âmbito de suas competências legais, poderá avaliar a governança das contratações públicas mediante exame da existência, suficiência, aderência e efetividade dos instrumentos normativos, fluxos processuais, controles internos, indicadores, trilhas de auditoria, gestão de riscos, segregação de funções, planejamento anual, padronização de objetos, transparência, monitoramento de resultados e cumprimento das recomendações de controle.



§ 1º A avaliação da governança poderá abranger, entre outros aspectos, a existência de normas locais de regulamentação da Lei nº 14.133/2021, a formalização das competências dos agentes, a utilização efetiva do Plano de Contratações Anual, a qualidade da fase preparatória, a regularidade da tramitação eletrônica, a suficiência da análise de riscos, a padronização dos objetos, a observância da segregação de funções e a aderência às recomendações expedidas pela Controladoria-Geral do Município.

§ 2º Para fins de auditoria, monitoramento e avaliação da governança, poderão ser utilizados indicadores como tempo médio de contratação, percentual de processos devolvidos para saneamento, reincidência de falhas por unidade, índice de contratações emergenciais, aderência ao Plano de Contratações Anual, utilização de CATMAT/CATSER, percentual de processos com análise de riscos, nível de risco das contratações, quantidade de aditivos, ocorrências na execução contratual e cumprimento das recomendações de controle.

Art. 8º O monitoramento da governança das contratações públicas deverá ser realizado de forma contínua, sistemática, proporcional e baseada em evidências, com a finalidade de avaliar o desempenho dos processos de contratação, identificar falhas recorrentes, mensurar resultados, orientar decisões gerenciais e promover a melhoria contínua dos fluxos, controles, modelos, catálogos e instrumentos de planejamento.

§ 1º O monitoramento deverá considerar indicadores de desempenho, dados extraídos do sistema eletrônico oficial, achados de auditoria, recomendações da Controladoria-Geral do Município, manifestações da assessoria jurídica, apontamentos do controle externo, ocorrências registradas na execução contratual, resultados alcançados e lições aprendidas em contratações anteriores.

§ 2º Os resultados do monitoramento deverão subsidiar a revisão de modelos, checklists, fluxos, catálogos, critérios de análise de riscos, procedimentos de saneamento, capacitações, planos de ação e demais instrumentos destinados ao aperfeiçoamento da governança das contratações.

Seção III - Dos Planos de Ação e da Melhoria Contínua

Art. 9º Sempre que o monitoramento identificar falhas recorrentes, riscos relevantes, descumprimento de fluxos, fragilidade de controles, baixa aderência aos instrumentos de planejamento, ineficiência na execução contratual ou descumprimento de recomendações, a unidade responsável deverá elaborar plano de ação corretivo, preventivo ou de melhoria, com indicação das providências, responsáveis, prazos, evidências de implementação e forma de acompanhamento.

§ 1º O plano de ação poderá decorrer de recomendação da Controladoria-Geral do Município, relatório de auditoria, avaliação de governança, manifestação da autoridade competente, apontamento do controle externo, ocorrência contratual relevante, análise de indicadores ou iniciativa da própria unidade responsável pelo processo de contratação.

§ 2º A Controladoria-Geral do Município poderá monitorar o cumprimento dos planos de ação, solicitar evidências, recomendar ajustes, propor capacitação, revisão normativa, alteração de fluxo, padronização de documentos, aperfeiçoamento de controles ou celebração de Termo de Compromisso de Gestão, quando a correção ou melhoria depender de medidas conjuntas ou continuadas.

Art. 10. A melhoria contínua da governança das contratações deverá observar ciclo permanente de planejamento, execução, monitoramento, avaliação, correção, padronização e aprendizado institucional, de modo que as falhas identificadas sejam tratadas em sua causa, as boas práticas sejam disseminadas e os instrumentos de controle



sejam atualizados conforme a experiência administrativa, os dados disponíveis, a evolução normativa, a jurisprudência dos órgãos de controle e as recomendações expedidas.

CAPÍTULO V - DA ORIGEM DA DEMANDA, DO SETOR REQUISITANTE E DA INSTRUÇÃO INICIAL

Art. 11. O setor requisitante é a unidade administrativa responsável pela origem da demanda e pela instrução técnica inicial do processo de contratação, cabendo-lhe demonstrar a necessidade pública, caracterizar o interesse público envolvido, definir a solução pretendida e instruir os autos com os documentos exigidos pela legislação aplicável e por esta Instrução Normativa.

§ 1º A definição da necessidade, da solução pretendida, dos quantitativos, das especificações técnicas, das condições de execução, dos critérios de recebimento e da justificativa da contratação é de responsabilidade do setor requisitante, sem prejuízo do apoio técnico de outras unidades, quando necessário.

§ 2º A instrução inicial deverá conter, conforme a natureza do objeto e o regime jurídico aplicável, Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, anteprojeto ou documento técnico equivalente, estimativa de preços com os respectivos documentos de suporte, análise de riscos, justificativa do parcelamento ou não do objeto, indicação da dotação orçamentária, manifestação técnica complementar e demais elementos necessários à tomada de decisão administrativa.

§ 3º A instrução inicial regular constitui pressuposto de admissibilidade do processo de contratação, sendo vedado o encaminhamento de demanda incompleta, genérica, imotivada ou tecnicamente insuficiente ao agente de contratação, ao pregoeiro, ao setor de licitações, à Controladoria-Geral do Município ou à assessoria jurídica.

Art. 12. O processo que não atender aos requisitos mínimos de instrução deverá ser restituído ao setor requisitante, por despacho fundamentado, para correção, complementação ou ratificação técnica, vedado seu prosseguimento enquanto persistirem vícios capazes de comprometer a legalidade, a motivação, a competitividade, a economicidade ou a seleção da proposta mais vantajosa.

§ 1º A devolução sem processamento deverá ser formalizada por despacho fundamentado, com indicação objetiva das pendências a serem corrigidas.

§ 2º O saneamento das pendências compete ao setor requisitante, que deverá complementar, corrigir ou justificar tecnicamente os elementos apontados, responsabilizando-se pela veracidade, suficiência e adequação das informações prestadas.

CAPÍTULO VI - DAS MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

Art. 13. Sempre que o objeto da contratação envolver matéria técnica especializada, repercutir em mais de uma unidade administrativa, exigir compatibilização com política pública setorial ou demandar avaliação por unidade diversa da requisitante, deverá ser juntada aos autos manifestação técnica prévia da unidade competente.

§ 1º A manifestação técnica deverá avaliar, no mínimo, a compatibilidade da solução pretendida com a necessidade administrativa, a adequação das especificações, a existência de alternativas disponíveis, os riscos envolvidos e a conformidade com políticas, planos, padrões ou contratações já existentes no Município.

§ 2º A ausência de manifestação técnica obrigatória impedirá o prosseguimento do processo até a juntada do respectivo pronunciamento ou de justificativa formal para sua dispensa.



§ 3º A manifestação técnica não substitui a responsabilidade do setor requisitante pela instrução do processo, salvo quando a unidade técnica assumir expressamente a autoria de estudo, parecer, especificação, análise ou manifestação técnica específica.

CAPÍTULO VII - DA PADRONIZAÇÃO DOS OBJETOS, DOS CATÁLOGOS E DA BASE MUNICIPAL DE ITENS

Seção I - Dos Catálogos Oficiais e da Descrição Padronizada dos Objetos

Art. 14. A descrição de bens, materiais, serviços, obras, soluções e demais objetos de contratação deverá observar, obrigatoriamente e sempre que houver item compatível, os catálogos oficiais de materiais e serviços adotados pelo Município, especialmente o CATMAT e o CATSER, ou base equivalente formalmente utilizada pela Administração Municipal, sem prejuízo da adoção do catálogo eletrônico de padronização previsto no art. 19, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se CATMAT o Catálogo de Materiais utilizado para codificação, organização e padronização de bens móveis, materiais de consumo e itens patrimoniais, por meio de descrição técnica, unidade de fornecimento e código próprio.

§ 2º Considera-se CATSER o Catálogo de Serviços utilizado para codificação, organização e padronização de serviços, por meio de nomenclatura, descrição e especificações uniformes aptas a permitir a correta identificação do objeto e sua comparação no mercado.

§ 3º O CATMAT e o CATSER constituem instrumentos de padronização, organização, racionalização e governança das aquisições públicas, vinculados à lógica de catalogação de materiais e serviços do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG/SISG, devendo ser utilizados como referência para a descrição objetiva, impessoal e suficiente do objeto.

§ 4º A utilização dos catálogos oficiais tem por finalidade assegurar compatibilidade entre demandas semelhantes, adequada pesquisa de preços, ampliação da competição, rastreabilidade dos itens contratados, integridade dos registros, correta classificação do objeto e prevenção de descrições genéricas, ambíguas, excessivas ou direcionadas.

§ 5º É vedada a adoção de descrição alternativa, paralela, personalizada ou incompatível com item existente no CATMAT, no CATSER ou em catálogo oficial adotado pelo Município, salvo justificativa técnica expressa que demonstre a inadequação do item padronizado à necessidade administrativa específica.

§ 6º A indicação de marca, modelo, fabricante, procedência, tecnologia, padrão proprietário ou característica potencialmente restritiva somente será admitida nas hipóteses legalmente permitidas, mediante justificativa técnica circunstanciada, demonstração da necessidade administrativa, avaliação de alternativas de mercado e comprovação de inexistência de restrição indevida à competitividade.

Art. 15. A utilização do CATMAT, do CATSER ou de catálogo oficial equivalente deverá ocorrer, obrigatoriamente, na fase preparatória da contratação, especialmente na elaboração do Documento de Formalização da Demanda, do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, do Projeto Básico, da estimativa de preços, da análise de mercado e, quando cabível, do procedimento de registro de preços.



§ 1º Na elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, o setor requisitante deverá pesquisar previamente o código correspondente ao material ou serviço pretendido, adotando a descrição catalogada sempre que compatível com a necessidade administrativa.

§ 2º A vinculação ao código de catálogo deverá ser registrada nos autos e indicada, quando aplicável, nos documentos de planejamento, na pesquisa de preços, no termo de referência, no edital, no aviso ou instrumento de contratação direta, na ata de registro de preços e no instrumento contratual ou equivalente.

§ 3º A descrição catalogada não dispensa o setor requisitante de complementar tecnicamente o objeto quando necessário à adequada caracterização da solução, desde que a complementação seja compatível com o item padronizado, não restrinja indevidamente a competição e esteja devidamente motivada.

Art. 16. A pesquisa de preços deverá utilizar, sempre que possível, o código CATMAT, CATSER ou equivalente como chave de busca em sistemas oficiais, bancos de preços, painel de preços, contratações similares, atas de registro de preços, bases públicas e demais fontes idôneas de consulta.

§ 1º A utilização do código de catálogo na pesquisa de preços deverá buscar dados comparáveis, séries históricas, parâmetros de mercado e valores praticados por outros órgãos e entidades públicas para objetos de mesma natureza ou equivalentes.

§ 2º Quando a pesquisa de preços não utilizar o código de catálogo correspondente, o setor requisitante deverá justificar expressamente a impossibilidade, inadequação ou insuficiência do código para a formação do preço estimado.

Art. 17. Nos procedimentos de Sistema de Registro de Preços, a descrição do objeto deverá observar, sempre que aplicável, o código CATMAT, CATSER ou catálogo oficial equivalente, de modo a garantir a identidade do objeto registrado, a adequada gestão da ata, a compatibilidade entre órgãos participantes e não participantes e a prevenção de divergências na execução contratual.

Art. 18. A ausência de utilização do CATMAT, do CATSER ou de catálogo oficial equivalente, quando houver item compatível, constitui falha de planejamento e deverá ser saneada antes do prosseguimento do processo, salvo justificativa técnica formal aceita pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela unidade responsável pela análise de admissibilidade.

Parágrafo único. Para fins de controle interno, a utilização de código inexistente, incompatível, genérico ou inadequado poderá caracterizar indício de falha na fase preparatória, deficiência na pesquisa de preços, risco de sobrepreço ou subpreço, restrição à competitividade, erro de classificação do objeto ou dificuldade de fiscalização e controle social.

Seção II - Da Inclusão, Atualização e Racionalização da Base de Itens

Art. 19. Quando o item ou serviço pretendido não constar do CATMAT, do CATSER ou de catálogo oficial adotado pelo Município, o setor requisitante deverá elaborar descrição técnica precisa, suficiente e impessoal, bem como solicitar, quando cabível, a inclusão, atualização ou criação de item ao órgão ou à unidade competente.

§ 1º A solicitação deverá conter especificações completas do objeto, normas técnicas aplicáveis, referências de mercado, justificativa da inexistência de item equivalente, estimativa de consumo e demonstração de que a descrição proposta não restringe indevidamente a competição.



§ 2º O processo que deixar de utilizar item padronizado existente, ou que não justificar a inexistência de item aplicável, será devolvido ao setor requisitante para saneamento, configurando falha de instrução processual básica.

Art. 20. A Controladoria-Geral do Município e a unidade responsável pelas compras e licitações deverão promover, de forma conjunta e gradual, a atualização, racionalização e consolidação da base municipal de itens padronizados, com prioridade para objetos recorrentes, de maior impacto orçamentário, vinculados a registro de preços ou com histórico de inconsistências na descrição, na pesquisa de preços ou na execução contratual.

Parágrafo único. Enquanto não houver catálogo municipal integralmente consolidado, deverão ser utilizados, preferencialmente, o CATMAT, o CATSER, o catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo federal, bases oficiais de compras públicas, descrições padronizadas já adotadas por órgãos públicos e demais referências compatíveis com a Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII - DA PESQUISA DE PREÇOS E DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Seção I - Das Diretrizes Gerais da Pesquisa de Preços e da Estimativa do Valor da Contratação

Art. 21. Para fins desta Instrução Normativa, a estimativa preliminar do valor da contratação constante do Estudo Técnico Preliminar e a pesquisa de preços formal, exaustiva e definitiva que fundamenta o Termo de Referência ou o Projeto Básico constituem momentos distintos e complementares do planejamento da contratação, com finalidades, grau de detalhamento e rigor metodológico compatíveis com a etapa processual em que são elaboradas.

Seção II - Da Estimativa Preliminar de Valor no Estudo Técnico Preliminar

Art. 22. No Estudo Técnico Preliminar deverá constar estimativa preliminar, macro e suficiente do valor da contratação, destinada a subsidiar a análise de viabilidade técnica e econômica das soluções avaliadas, a comparação entre alternativas de mercado, a aferição inicial da adequação orçamentária e a decisão quanto ao prosseguimento da contratação.

Parágrafo único. A estimativa preliminar do ETP poderá utilizar métodos expeditos, paramétricos ou simplificados, tais como contratações similares recentes, séries históricas, atas vigentes, valores praticados por outros órgãos, índices setoriais, bases públicas ou consultas exploratórias, desde que acompanhada de memória de cálculo, indicação das fontes utilizadas e justificativa proporcional à natureza, ao valor, à complexidade e ao risco da contratação.

Seção III - Da Pesquisa de Preços Definitiva no Termo de Referência ou Projeto Básico

Art. 23. A pesquisa de preços formal, utilizada para fixação do valor estimado da contratação, do preço máximo aceitável, do orçamento detalhado ou da referência que subsidiará o edital, o aviso de contratação direta ou o instrumento equivalente, deverá compor ou fundamentar o Termo de Referência, o Projeto Básico ou documento técnico equivalente, observando os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as disposições deste Capítulo.

Parágrafo único. Eventual divergência entre a estimativa preliminar registrada no ETP e o valor apurado na pesquisa de preços definitiva do Termo de Referência ou Projeto Básico não constitui irregularidade por si só, desde que resulte do aprofundamento das especificações, da atualização de mercado, do refinamento dos



quantitativos, da definição da solução escolhida ou de outro fator técnico devidamente registrado e justificado nos autos.

Seção IV - Das Fontes de Pesquisa e da Análise Crítica

Art. 24. A pesquisa de preços formal que fundamentar o Termo de Referência, o Projeto Básico ou documento técnico equivalente deverá utilizar, preferencialmente de forma combinada e compatível com o objeto, fontes públicas, oficiais, contratações similares da Administração Pública e demais bases idôneas, observados os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e, como referência complementar, as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, quando compatíveis com o regime jurídico municipal, especialmente:

I - sistemas oficiais de governo, painéis de preços, bancos de preços públicos ou bases oficiais equivalentes;

II - contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas em período compatível com a atualidade da estimativa;

III - dados de pesquisa publicados em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham data e hora de acesso, identificação da fonte e elementos suficientes para comprovar sua compatibilidade com o objeto;

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, quando utilizada de forma complementar ou quando justificada a impossibilidade, inadequação ou insuficiência das demais fontes;

V - base nacional de notas fiscais eletrônicas ou outras bases fiscais idôneas, quando disponíveis e compatíveis com o objeto, observada a atualidade dos dados.

§ 1º As fontes utilizadas na pesquisa definitiva deverão ser comparáveis entre si e compatíveis com a descrição final do objeto, os quantitativos consolidados, a unidade de fornecimento, as condições de execução, o local de entrega ou prestação do serviço, os prazos, a forma de pagamento, o frete, as garantias, a economia de escala e demais condições comerciais relevantes definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 2º A pesquisa direta com fornecedores deverá registrar a justificativa da escolha dos fornecedores consultados, a solicitação formal de cotação, a data da consulta, o prazo concedido para resposta, as condições comerciais informadas, os fornecedores que responderam, os que não responderam e os documentos recebidos.

§ 3º A impossibilidade, inadequação ou insuficiência de informações em fontes públicas, oficiais ou de contratações similares deverá ser comprovada nos autos por evidências documentais da tentativa de pesquisa, tais como captura de tela com data e hora, relatório extraído do sistema consultado, comprovante de busca sem resultado, registro da consulta realizada, indicação dos filtros utilizados, termo de pesquisa empregado, endereço eletrônico da fonte consultada, certidão ou declaração da unidade responsável pela pesquisa, histórico de acesso, arquivo exportado da base consultada ou outro meio idôneo que permita verificar a fonte, a data, os critérios de busca e o resultado obtido.

§ 4º A utilização exclusiva de propostas de fornecedores somente será admitida mediante justificativa da impossibilidade, inadequação ou insuficiência das fontes públicas, oficiais ou de contratações similares, comprovada na forma do § 3º, devendo ser avaliada criticamente a compatibilidade dos valores obtidos com o mercado.

§ 5º A utilização, no ETP, de estimativa preliminar por método simplificado não dispensa a realização posterior da pesquisa de preços definitiva para formação do orçamento estimado da contratação, salvo hipótese legal ou regulamentar específica devidamente motivada.

Art. 25. O valor estimado que servirá de referência para o edital, aviso de contratação direta, julgamento das propostas, negociação, autorização da contratação ou controle de economicidade deverá decorrer de análise crítica dos preços obtidos na pesquisa definitiva, mediante aplicação de média, mediana, menor preço ou outro método matemático tecnicamente justificado à série de preços coletados, com indicação da metodologia adotada, memória de cálculo e justificativa para a desconsideração de preços inexequíveis, inconsistentes, excessivamente elevados, desatualizados ou incompatíveis com o objeto.

Seção V - Da Memória de Cálculo, da Documentação e da Atualização

Art. 26. A documentação da pesquisa de preços definitiva deverá permitir a rastreabilidade da estimativa adotada no Termo de Referência, Projeto Básico ou documento técnico equivalente e conter, no mínimo, descrição final do objeto, quantitativos, unidade de fornecimento, condições comerciais relevantes, documentos de suporte, identificação das fontes consultadas, datas de coleta, responsável pela elaboração, parâmetros utilizados, filtros aplicados, valores obtidos, exclusões realizadas, justificativas metodológicas, memória de cálculo, conclusão quanto à compatibilidade do preço estimado com o mercado e, quando houver divergência relevante em relação ao ETP, justificativa do refinamento realizado.

Art. 27. A pesquisa de preços definitiva deverá ser atualizada ou expressamente ratificada quando houver alteração relevante do objeto, dos quantitativos, das condições de execução, do mercado fornecedor, da estratégia de contratação, da fonte de preços utilizada ou quando o decurso de prazo entre a coleta dos preços e a conclusão da fase preparatória puder comprometer a atualidade, a representatividade ou a confiabilidade da estimativa.

§ 1º A ratificação da pesquisa de preços deverá ser motivada e registrada nos autos, com indicação de que a descrição final do objeto, as condições de mercado, as fontes utilizadas, os parâmetros de comparação, os quantitativos, as condições comerciais e a metodologia adotada permanecem compatíveis com a estimativa anteriormente apurada.

§ 2º A atualidade da pesquisa deverá considerar a data de obtenção dos preços, a dinâmica do mercado, a volatilidade do objeto, o intervalo até a divulgação do edital, aviso ou instrumento equivalente e a manutenção das condições comerciais originalmente pesquisadas.

§ 3º Quando a pesquisa definitiva indicar valor significativamente diverso da estimativa preliminar do ETP, o setor requisitante ou a equipe de planejamento deverá registrar nos autos as razões técnicas do ajuste, inclusive alteração de especificações, refinamento de quantitativos, atualização de preços, mudança de solução, inclusão de custos acessórios ou adoção de metodologia mais precisa.

Art. 28. A decisão de divulgar ou manter sigiloso o orçamento estimado deverá recair sobre o valor apurado na pesquisa de preços definitiva que fundamentar o Termo de Referência, Projeto Básico ou documento técnico equivalente, devendo ser motivada nos autos, observadas a legislação aplicável, a estratégia da contratação, a competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e os riscos associados à divulgação ou ao sigilo.



Art. 29. Nas contratações diretas, a estimativa preliminar do ETP, quando exigível, deverá subsidiar a análise inicial de viabilidade e a adequação orçamentária, enquanto a pesquisa de preços definitiva deverá fundamentar a justificativa do preço, a razão da escolha do contratado, a demonstração de compatibilidade com os valores praticados pelo mercado e a prevenção de sobrepreço, superfaturamento ou contratação antieconômica.

Seção VI - Das Falhas na Estimativa e na Pesquisa de Preços

Art. 30. Constituem falhas relevantes na estimativa preliminar do ETP ou na pesquisa de preços definitiva, conforme o caso, sujeitas a saneamento antes do prosseguimento do processo:

I - ausência de análise crítica dos preços obtidos;

II - ausência de memória de cálculo ou de indicação da metodologia utilizada para definição do valor estimado;

III - utilização exclusiva de propostas de fornecedores sem justificativa e sem comprovação da impossibilidade, inadequação ou insuficiência das fontes públicas, oficiais ou de contratações similares;

IV - ausência de indicação das fontes consultadas, das datas de coleta, dos parâmetros utilizados ou dos filtros aplicados;

V - incompatibilidade entre o objeto pesquisado e o objeto pretendido, inclusive quanto à descrição, aos quantitativos, à unidade de fornecimento, às condições de execução, ao local de entrega ou prestação do serviço, aos prazos, à forma de pagamento, às garantias ou às demais condições comerciais relevantes;

VI - desconsideração de valores sem motivação ou manutenção de preços inexequíveis, inconsistentes, excessivamente elevados, desatualizados ou não comparáveis;

VII - grande dispersão de preços sem análise crítica, justificativa metodológica ou tratamento estatístico adequado;

VIII - utilização de fonte desatualizada, inidônea, sem identificação suficiente, sem data de consulta ou não comparável com o objeto pretendido;

IX - ausência de vinculação ao código CATMAT, CATSER ou catálogo equivalente, quando aplicável, ou falta de justificativa para sua não utilização;

X - ausência de documentos de suporte, registros das consultas realizadas, evidências de busca, cotações recebidas, arquivos exportados, capturas de tela ou demais elementos necessários à verificação da rastreabilidade da pesquisa;

XI - ausência de atualização ou ratificação expressa da pesquisa de preços quando houver alteração relevante do objeto, dos quantitativos, das condições de execução, do mercado fornecedor, da estratégia de contratação ou decurso de prazo capaz de comprometer a atualidade, a representatividade ou a confiabilidade da estimativa;

XII - utilização da estimativa preliminar do ETP como se fosse pesquisa de preços definitiva do Termo de Referência ou Projeto Básico, sem aprofundamento metodológico, análise crítica, composição detalhada dos preços, memória de cálculo suficiente ou documentos de suporte compatíveis com a etapa conclusiva do planejamento;

XIII - ausência de justificativa para divergência relevante entre a estimativa preliminar do ETP e o valor apurado na pesquisa definitiva do Termo de Referência ou Projeto Básico;

XIV - ausência, no ETP, de estimativa preliminar mínima apta a subsidiar a análise de viabilidade econômica, a comparação de soluções e a aferição inicial da adequação orçamentária, quando exigível.

Parágrafo único. A ocorrência das falhas previstas neste artigo poderá ensejar despacho saneador, devolução ao setor requisitante, reavaliação da estimativa preliminar, complementação ou refazimento da pesquisa de preços definitiva, juntada de memória de cálculo, atualização ou ratificação da pesquisa, revisão da análise de riscos ou acionamento da Controladoria-Geral do Município, quando configuradas as hipóteses previstas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IX - DA TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA, DA RASTREABILIDADE E DA AUDITABILIDADE

Seção I - Da Tramitação Eletrônica e da Formação dos Autos

Art. 31. A tramitação dos processos de contratação pública abrangidos por esta Instrução Normativa deverá ocorrer obrigatoriamente por meio de sistema eletrônico oficial adotado pelo Município, vedada a formação, movimentação, instrução, autorização ou arquivamento de processos exclusivamente em meio físico, salvo hipótese excepcional devidamente justificada pela autoridade competente e registrada nos autos.

§ 1º O sistema eletrônico deverá permitir a identificação dos responsáveis por cada ato, a data e o horário das movimentações, a juntada ordenada de documentos e o registro de despachos, manifestações, aprovações, devoluções, saneamentos, pareceres, decisões e demais atos praticados no curso do processo.

§ 2º A utilização do sistema eletrônico deverá assegurar rastreabilidade, integridade, autenticidade, tempestividade, disponibilidade e auditabilidade dos atos e documentos, de modo a permitir o acompanhamento concomitante pela Controladoria-Geral do Município e pelas demais instâncias de controle competentes.

§ 3º Os documentos produzidos ou recebidos no curso do processo deverão ser inseridos no sistema eletrônico em formato que permita consulta, conferência e preservação do conteúdo, ficando vedada a tramitação paralela de documentos, informações ou autorizações fora dos autos eletrônicos, salvo quando indispensável por motivo técnico, hipótese em que deverão ser posteriormente juntados ao processo com a respectiva justificativa.

§ 4º A ausência de registro do ato no sistema eletrônico comprometerá sua rastreabilidade administrativa e poderá ensejar a devolução do processo para regularização, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando constatadas omissão, ocultação, tramitação paralela ou supressão indevida de informação relevante.

§ 5º Fica assegurado à Controladoria-Geral do Município acesso livre, amplo, tempestivo e suficiente aos processos de contratação, documentos, informações, registros, bancos de dados, trilhas de auditoria e sistemas eletrônicos necessários ao exercício de suas competências legais, independentemente do grau de sigilo, restrição de acesso ou classificação da informação, observado o dever funcional de sigilo e a responsabilidade pela preservação das informações protegidas, nos termos da Lei Municipal nº 2.537/2023 e da legislação aplicável.

Art. 32. A fase interna dos processos de contratação pública deverá tramitar no sistema eletrônico oficial adotado pelo Município, quando disponível, como ambiente único de formação, instrução, movimentação, revisão, assinatura, controle, monitoramento e arquivamento dos autos.

§ 1º A tramitação no sistema eletrônico oficial deverá abranger, desde a origem da demanda até a aprovação do edital, aviso ou instrumento de contratação direta, todos os atos e documentos da fase preparatória, inclusive Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico,



pesquisa de preços, mapa comparativo, análise de riscos, manifestações técnicas, despachos saneadores, pareceres, manifestações da Controladoria-Geral do Município, análise jurídica, minuta de edital, anexos e autorizações da autoridade competente.

§ 2º O processo eletrônico deverá ser autuado em tipo processual compatível com a contratação pretendida, preferencialmente com classificação específica para licitações, contratações diretas, registros de preços, adesões, alterações contratuais e demais procedimentos correlatos, de modo a permitir organização documental, controle de temporalidade, recuperação da informação e fiscalização posterior.

§ 3º A organização dos autos no sistema eletrônico oficial deverá preservar a ordem lógica e cronológica dos atos, com numeração sequencial dos documentos, identificação das unidades responsáveis, preservação dos documentos externos juntados e registro das movimentações, de modo a impedir supressão, substituição ou alteração indevida sem rastreabilidade.

Art. 33. Todos os atos e documentos da fase preparatória, inclusive aqueles destinados a subsidiar a futura seleção do fornecedor, contratação direta, procedimento auxiliar, formalização contratual, fiscalização, gestão, pagamento, alteração, sanção ou encerramento, deverão ser registrados no sistema eletrônico oficial quando produzidos ou exigidos no âmbito da instrução interna, observadas a ordem cronológica e a vinculação lógica entre os documentos do processo.

Seção II - Do Uso do Sistema Eletrônico, dos Modelos e das Funcionalidades

Art. 34. No âmbito do sistema eletrônico oficial, deverão ser utilizadas, sempre que disponíveis e compatíveis com o ato, as funcionalidades de inclusão de documento interno, inclusão de documento externo, modelos padronizados, blocos de assinatura, mecanismos internos de revisão, atribuição ou distribuição de processo, anotações, controle de nível de acesso, assinatura eletrônica, histórico de tramitação e demais recursos destinados à organização, revisão, validação, controle e auditabilidade dos autos.

§ 1º A funcionalidade de inclusão de documento interno deverá ser utilizada, preferencialmente, para a elaboração de documentos produzidos pela Administração, tais como Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, despachos, manifestações, pareceres, notas técnicas, recomendações, minutas e atos decisórios.

§ 2º A funcionalidade de inclusão de documento externo deverá ser utilizada para juntada de documentos produzidos fora do sistema, inclusive cotações, propostas, planilhas, pesquisas em bases públicas, documentos técnicos, certidões, comprovantes, relatórios, mapas comparativos e arquivos que devam compor a instrução processual.

§ 3º Os blocos de assinatura deverão ser utilizados quando documentos exigirem assinatura de agentes públicos lotados em unidades distintas, permitindo assinatura sucessiva ou concomitante, sem necessidade de tramitação física ou movimentação artificial do processo.

§ 4º A funcionalidade de atribuição de processo deverá ser utilizada para formalizar a remessa interna do processo à unidade ou ao agente responsável por análise, manifestação, parecer, revisão, saneamento ou decisão, servindo como registro de responsabilidade pela etapa processual correspondente.



§ 5º As anotações, observações internas ou ferramentas equivalentes poderão ser utilizadas para registrar pontos de atenção, dúvidas, pendências ou orientações preliminares, desde que não substituam despachos, manifestações ou decisões formais quando exigidos.

§ 6º Todo parecer, termo, despacho decisório, autorização, aprovação, recomendação, manifestação técnica ou jurídica e demais documentos que expressem responsabilidade funcional deverão ser assinados eletronicamente no sistema pelo agente competente, de modo a assegurar autoria, integridade, validade e responsabilização.

Seção III - Da Rastreabilidade, da Auditoria, do Controle de Acesso e da Indisponibilidade Técnica

Art. 35. O processo eletrônico deverá conter trilha mínima de auditoria capaz de demonstrar, de forma verificável, quem praticou cada ato, quando o ato foi praticado, qual documento ou informação foi incluído, alterado, aprovado, devolvido, assinado, visualizado, atribuído, saneado ou movimentado, e qual unidade administrativa participou da respectiva etapa.

Art. 36. Para fins de padronização da fase interna, os fluxos pré-processual e processual das contratações deverão relacionar cada etapa da contratação à ação correspondente no sistema eletrônico oficial e à funcionalidade disponível, de modo a assegurar organização dos autos, rastreabilidade, auditabilidade e uniformidade mínima da instrução processual.

Art. 37. A Controladoria-Geral do Município poderá auditar, monitorar e avaliar o uso do sistema eletrônico oficial, especialmente quanto à autuação correta, ordem cronológica dos documentos, uso de modelos padronizados, assinatura eletrônica dos responsáveis, atribuição regular de processos, trilhas de auditoria, controle de acesso, integridade dos documentos e inexistência de tramitação paralela fora dos autos eletrônicos.

§ 1º A auditoria de acessos, registros de visualização, inserção, alteração, assinatura, movimentação, atribuição e juntada de documentos poderá ser utilizada pela Controladoria-Geral do Município para verificar a integridade da instrução processual, a preservação da cadeia decisória e a responsabilização dos agentes que atuaram no processo.

§ 2º A ausência de assinatura eletrônica em documento que gere responsabilidade funcional, a tramitação fora do processo eletrônico, a juntada tardia injustificada, a supressão de documento, a classificação indevida do nível de acesso ou a ausência de registro de atribuição de responsabilidade poderão caracterizar falha de instrução ou de controle, sujeita a saneamento e, quando cabível, à apuração de responsabilidade.

Art. 38. A Administração deverá disponibilizar, no sistema eletrônico oficial, modelos padronizados de Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, despacho saneador, mapa de riscos, mapa comparativo de preços, checklists, minutas de edital, avisos de contratação direta e demais documentos recorrentes da fase preparatória.

Art. 39. Quando, na fase preparatória, houver necessidade de interação eletrônica com fornecedores consultados, interessados, órgãos ou entidades públicas, particulares ou terceiros externos ao Município, deverá ser utilizado, sempre que disponível e adequado, cadastro de usuário externo, módulo de peticionamento eletrônico, protocolo eletrônico ou funcionalidade equivalente, de modo que a comunicação, a juntada documental, a ciência, a manifestação e a assinatura fiquem registradas no processo eletrônico.



Art. 40. A definição do nível de acesso dos processos e documentos no sistema eletrônico oficial deverá observar a legislação de acesso à informação, a proteção de dados pessoais, a segurança institucional e o interesse público, sendo a publicidade a regra e o sigilo a exceção, admitido acesso restrito ou sigiloso apenas mediante justificativa formal e indicação do fundamento legal aplicável.

Art. 41. A Controladoria-Geral do Município terá acesso direto aos processos eletrônicos de contratação e poderá solicitar, a qualquer tempo, extratos, relatórios, trilhas de auditoria, histórico de movimentação, documentos, registros, metadados, logs de acesso ou informações extraídas do sistema eletrônico oficial, independentemente de sigilo ou restrição de acesso, sempre que necessários ao exercício de suas competências legais de controle interno, observado o dever de confidencialidade.

Art. 42. A impossibilidade técnica temporária de utilização do sistema eletrônico oficial deverá ser formalmente registrada e justificada, devendo os atos eventualmente praticados em meio diverso ser inseridos no sistema tão logo restabelecida a funcionalidade, com indicação da data, do responsável, da justificativa e da documentação correspondente.

CAPÍTULO X - DA ADMISSIBILIDADE DOS ATOS DA FASE DE PLANEJAMENTO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO

Art. 43. Compete ao agente de contratação ou ao pregoeiro, antes do encaminhamento do processo à publicação do edital, do aviso de contratação direta ou do instrumento equivalente, realizar juízo de admissibilidade dos atos e documentos da fase de planejamento da contratação, de natureza formal e material, destinado a verificar a existência, a suficiência, a coerência mínima e a regularidade dos elementos necessários ao prosseguimento do processo, bem como o cumprimento das disposições desta Instrução Normativa.

§ 1º O juízo de admissibilidade previsto no caput incidirá sobre os atos preparatórios e os documentos de planejamento, especialmente quanto à formalização da demanda, motivação do interesse público, definição do objeto, compatibilidade da modalidade ou procedimento pretendido, estimativa de preços, padronização do item, análise de riscos, manifestações técnicas pertinentes, tramitação eletrônica, utilização dos modelos e checklists obrigatórios e autorizações necessárias.

§ 2º A admissibilidade exercida pelo agente de contratação ou pelo pregoeiro não implica aprovação de mérito técnico da solução, substituição do setor requisitante, da equipe de planejamento ou da unidade técnica na elaboração de estudos, justificativas, especificações, estimativas, memórias de cálculo, definição de quantitativos ou escolha da solução, cabendo-lhes apontar inconsistências, omissões ou descumprimentos e exigir o saneamento cabível.

Art. 44. Verificada, no juízo de admissibilidade dos atos da fase de planejamento, deficiência de instrução, ausência de motivação, risco de restrição indevida à competitividade, possível direcionamento, incompatibilidade com o planejamento, insuficiência de documentos obrigatórios ou descumprimento desta Instrução Normativa, o agente de contratação ou o pregoeiro deverá emitir despacho saneador e restituir os autos ao setor requisitante, à equipe de planejamento ou à unidade responsável pela correção.

§ 1º O despacho saneador deverá indicar, de forma clara, objetiva e motivada, as falhas constatadas, os documentos pendentes, as correções necessárias, os dispositivos desta Instrução Normativa eventualmente descumpridos e, quando possível, o fundamento legal ou normativo aplicável.



§ 2º Enquanto não sanadas as pendências apontadas na fase de planejamento, o agente de contratação ou o pregoeiro deverá abster-se de encaminhar o processo à fase externa, à divulgação do edital, ao aviso de contratação direta ou ao instrumento equivalente, sob pena de responsabilidade nos limites de sua atuação.

§ 3º A insistência no prosseguimento de processo irregular, sem o saneamento adequado das falhas apontadas ou com descumprimento relevante desta Instrução Normativa, deverá ser comunicada à Controladoria-Geral do Município para avaliação de conformidade e adoção das medidas cabíveis.

CAPÍTULO XI - DA ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Seção I - Da Natureza e dos Fundamentos da Atuação

Art. 45. A Controladoria-Geral do Município, na qualidade de unidade central do Sistema de Controle Interno e nos termos da Lei Municipal nº 2.537/2023, atuará nos processos de contratação pública como instância de controle interno preventivo, concomitante e posterior, de orientação administrativa, mediação técnica, avaliação de conformidade, normatização e padronização, sem substituir as competências próprias do setor requisitante, do agente de contratação, do pregoeiro, da autoridade competente, dos fiscais e gestores de contrato e da assessoria jurídica.

Art. 46. A atuação da Controladoria-Geral do Município nos processos de contratação pública observará as competências previstas na Lei Municipal nº 2.537/2023, especialmente as de controle preventivo, concomitante e posterior, orientação das unidades executoras, avaliação de conformidade, emissão de recomendações e orientações, monitoramento de providências, apoio ao controle externo, proposição de Termo de Compromisso de Gestão, auxílio no mapeamento de riscos e normatização, sistematização e padronização de rotinas, manuais, fluxogramas e instrumentos de controle.

Seção II - Da Atuação Seletiva e Baseada em Riscos

Art. 47. A atuação da Controladoria-Geral do Município nos processos de contratação pública observará abordagem seletiva, preventiva, concomitante e baseada em riscos, devendo priorizar os processos em que a natureza, o valor, a complexidade, a criticidade, a recorrência de falhas, a insuficiência de controles ou os indícios de irregularidade evidenciem risco relevante à legalidade, à economicidade, à eficiência, à competitividade, à integridade, à rastreabilidade ou à segurança da contratação.

§ 1º A remessa à Controladoria-Geral do Município não substituirá a responsabilidade ordinária do setor requisitante, do agente de contratação, do pregoeiro, da unidade de licitações, da autoridade competente, dos fiscais, dos gestores e dos demais agentes envolvidos, devendo ocorrer como mecanismo de controle interno qualificado em processos ou situações de maior exposição a risco.

§ 2º A Controladoria-Geral do Município poderá, no exercício de sua competência normativa, orientativa e de planejamento do controle interno, definir, por meio de ato próprio, orientação, checklist, matriz de priorização ou plano anual de auditoria, critérios adicionais de seletividade, materialidade, relevância e risco para sua atuação preventiva, sem prejuízo das hipóteses obrigatórias previstas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO XII - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

Seção I - Do Acesso às Informações



Art. 48. Constituem garantias institucionais da Controladoria-Geral do Município, nos termos da Lei Municipal nº 2.537/2023, a independência funcional para o desempenho de suas atribuições e o acesso aos documentos, informações, processos, sistemas, bancos de dados e registros indispensáveis ou necessários ao exercício das funções de controle interno, inclusive quando submetidos a sigilo legal, restrição de acesso, classificação de informação ou tramitação reservada.

§ 1º A existência de sigilo, reserva, classificação, proteção de dados, confidencialidade contratual, investigação em curso ou restrição de acesso não poderá ser oposta à Controladoria-Geral do Município quando o acesso for necessário ao desempenho de suas atribuições legais de controle interno, avaliação, orientação, auditoria, monitoramento ou apuração administrativa, observado o dever de sigilo previsto na Lei Municipal nº 2.537/2023.

§ 2º O acesso a informações sigilosas pela Controladoria-Geral do Município não implicará alteração do grau de sigilo, publicidade indevida ou compartilhamento irrestrito, cabendo aos servidores que tiverem ciência dessas informações observar o dever funcional de sigilo previsto nesta Instrução Normativa e utilizá-las exclusivamente para os fins institucionais de controle interno.

Seção II - Do Dever de Sigilo e da Confidencialidade

Art. 49. Os servidores lotados ou em exercício na Controladoria-Geral do Município, bem como aqueles que atuarem sob sua orientação direta em atividades de controle interno, ficam sujeitos ao dever funcional de sigilo previsto na Lei Municipal nº 2.537/2023 sobre dados, documentos, informações, registros, processos, relatórios, manifestações, achados, evidências e demais elementos de que tenham conhecimento em razão do exercício de suas atribuições.

§ 1º O dever funcional de sigilo compreende a obrigação de preservar a confidencialidade, a integridade e a finalidade institucional das informações acessadas, utilizando-as exclusivamente para instrução de relatórios, orientações, recomendações, pareceres, notas técnicas, auditorias, monitoramentos, avaliações de conformidade, apurações administrativas e demais atos inerentes às competências da Controladoria-Geral do Município.

§ 2º É vedado aos servidores abrangidos por este artigo divulgar, compartilhar, reproduzir, copiar, fotografar, encaminhar, comentar, disponibilizar ou permitir acesso a informações sigilosas, reservadas, restritas ou ainda não publicizadas, salvo quando a comunicação decorrer de obrigação legal, determinação de autoridade competente, necessidade de instrução de processo de controle interno ou atendimento a órgão de controle externo, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo Municipal ou autoridade pública legitimamente competente.

§ 3º O acesso a informações protegidas deverá observar o princípio da necessidade, limitando-se aos servidores que efetivamente devam conhecê-las para o desempenho de atribuição institucional específica, vedada sua utilização para finalidade estranha ao controle interno, interesse pessoal, favorecimento de terceiros, exposição indevida de agentes públicos ou particulares, ou obtenção de vantagem de qualquer natureza.

§ 4º Os documentos, relatórios, minutas, evidências, papéis de trabalho, extratos, trilhas de auditoria, comunicações internas e demais registros produzidos ou obtidos pela Controladoria-Geral do Município deverão ser mantidos em ambiente físico ou eletrônico adequado, com controle de acesso compatível com a sensibilidade da informação e com as normas de segurança, transparência e proteção de dados aplicáveis.



§ 5º O dever de sigilo subsistirá mesmo após exoneração, demissão, dispensa, remoção, cessão, afastamento, aposentadoria, desligamento ou término da designação do servidor, pelo prazo previsto na Lei Municipal nº 2.537/2023, sem prejuízo de prazos superiores ou restrições específicas estabelecidos em legislação própria.

§ 6º A violação do dever funcional de sigilo, inclusive por negligência, imprudência, dolo, divulgação indevida, uso indevido de informação, omissão de cautela, compartilhamento não autorizado ou facilitação de acesso por terceiro não legitimado, sujeitará o responsável à apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 7º A negativa, o retardamento injustificado, a limitação indevida, a sonegação, a ocultação ou a imposição de obstáculo ao acesso da Controladoria-Geral do Município a processos, documentos, informações ou sistemas caracterizará embaraço à atuação do controle interno e deverá ser comunicada à autoridade competente para apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Art. 50. No exercício das competências previstas na Lei Municipal nº 2.537/2023, a Controladoria-Geral do Município poderá:

I - validar a negativa de prosseguimento formulada pelo agente de contratação ou pelo pregoeiro, quando constatado vício, risco relevante ou insuficiência da instrução processual;

II - recomendar o saneamento pelo setor requisitante ou pela unidade responsável, com indicação das providências mínimas necessárias;

III - emitir parecer, nota técnica, orientação, recomendação de controle preventivo ou despacho de conformidade para subsidiar a continuidade, correção, suspensão, saneamento ou arquivamento do procedimento;

IV - recomendar capacitação, revisão de fluxos, padronização de documentos, atualização de catálogos, elaboração de manuais, expedição de instruções normativas específicas, fluxogramas ou adoção de controles adicionais quando identificadas falhas recorrentes de planejamento, execução ou controle;

V - comunicar à autoridade competente a existência de indícios de ilegalidade, irregularidade, omissão, resistência injustificada, descumprimento reiterado de diligências, risco de dano ao erário ou necessidade de adoção de medidas corretivas, inclusive recomendações ou Termo de Compromisso de Gestão, quando cabível.

Parágrafo único. A atuação da Controladoria-Geral do Município terá natureza orientativa, preventiva, avaliativa e corretiva, conforme o caso, e não exonera o setor requisitante, o agente de contratação, o pregoeiro, os fiscais, os gestores, as autoridades competentes e os demais agentes públicos das responsabilidades próprias decorrentes de suas atribuições legais e funcionais.

CAPÍTULO XIII - DA GESTÃO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES

Seção I - Das Diretrizes Gerais da Gestão de Riscos

Art. 51. A gestão de riscos nas contratações públicas deverá ser realizada desde a fase preparatória, observadas, como referência metodológica, as diretrizes da ABNT NBR ISO 31000:2018, especialmente quanto aos princípios, à estrutura e ao processo de gestão de riscos, com a finalidade de identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar, comunicar e registrar eventos incertos que possam comprometer o atendimento da necessidade administrativa,

o êxito da licitação, a boa execução contratual, a economicidade, a integridade, a competitividade, a continuidade do serviço ou a preservação do interesse público.

§ 1º A gestão de riscos deverá ser integrada ao planejamento da contratação e aos processos decisórios, de forma estruturada, abrangente, personalizada ao contexto do objeto, inclusiva quanto às unidades envolvidas, dinâmica, baseada nas melhores informações disponíveis, sensível a fatores humanos, culturais e organizacionais e orientada à melhoria contínua.

§ 2º A aplicação das diretrizes da ABNT NBR ISO 31000:2018 deverá observar a proporcionalidade, a razoabilidade e a compatibilidade com a natureza, o valor, a complexidade, a criticidade e o grau de exposição da contratação, sem afastar os requisitos mínimos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e por esta Instrução Normativa.

Art. 52. O processo de gestão de riscos deverá compreender, de forma compatível com a ABNT NBR ISO 31000:2018, as seguintes etapas mínimas:

I - comunicação e consulta com as unidades envolvidas, a fim de assegurar adequada compreensão dos objetivos da contratação, das responsabilidades dos agentes, das premissas técnicas e das informações relevantes ao processo decisório;

II - estabelecimento do escopo, do contexto e dos critérios de risco, considerando a necessidade administrativa, o objeto, o mercado fornecedor, o valor estimado, a criticidade da contratação, as partes interessadas, os requisitos legais e os limites de aceitabilidade de riscos pela Administração;

III - identificação dos riscos, mediante reconhecimento e descrição dos eventos incertos, suas causas, fontes, vulnerabilidades, controles existentes e possíveis consequências para os objetivos da contratação;

IV - análise dos riscos, mediante avaliação da probabilidade de ocorrência, do impacto potencial, da eficácia dos controles existentes e do nível de exposição da contratação;

V - avaliação dos riscos, mediante comparação do nível de risco identificado com os critérios previamente definidos, a fim de decidir se o risco é aceitável, tolerável mediante tratamento ou incompatível com o prosseguimento da contratação sem providências adicionais;

VI - tratamento dos riscos, mediante definição de medidas para evitar, reduzir, compartilhar, transferir, aceitar ou monitorar os riscos, com indicação dos responsáveis, prazos e evidências de implementação;

VII - monitoramento e análise crítica, com acompanhamento da efetividade dos controles e das medidas de tratamento, bem como revisão dos riscos quando houver alteração de escopo, preço, prazo, mercado, legislação, execução contratual ou fatos supervenientes relevantes;

VIII - registro e relato, mediante documentação formal das etapas realizadas, das decisões adotadas, dos responsáveis, das evidências, dos riscos residuais e das providências de monitoramento, com juntada ao processo eletrônico da contratação.

Seção II - Da Análise de Riscos

Art. 53. A análise de riscos deverá constituir documento técnico integrante da fase preparatória da contratação, elaborado pelo setor requisitante, com apoio das unidades técnicas competentes, quando necessário, e deverá

refletir o processo de gestão de riscos previsto no art. 52 desta Instrução Normativa, observando, preferencialmente, o modelo constante do Anexo I e contendo, no mínimo:

I - identificação do processo eletrônico, da unidade requisitante, do objeto da contratação, da modalidade ou procedimento previsto, do valor estimado, dos responsáveis pela elaboração e da data da análise;

II - descrição do contexto, da necessidade administrativa, dos objetivos da contratação, dos resultados esperados, dos fatores críticos de sucesso, das unidades envolvidas e dos aspectos internos ou externos que possam influenciar a contratação;

III - identificação dos eventos de risco que possam afetar o planejamento, a seleção do fornecedor, a execução contratual, a fiscalização, o pagamento, a continuidade do serviço, a integridade, a competitividade, a economicidade ou o atendimento do interesse público;

IV - indicação das causas prováveis de cada risco, incluindo deficiências de planejamento, ausência de padronização, especificações inadequadas, pesquisa de preços insuficiente, restrição de mercado, dependência tecnológica, falhas de segregação de funções, fragilidade de controles, insuficiência orçamentária, riscos de execução ou fatores externos relevantes;

V - indicação das consequências ou impactos possíveis caso o risco se concretize, especialmente quanto à legalidade, à eficiência, à economicidade, à competitividade, à continuidade administrativa, ao dano ao erário, à responsabilização de agentes, à qualidade da execução contratual e ao alcance dos resultados pretendidos;

VI - avaliação da probabilidade de ocorrência de cada risco, classificada, no mínimo, como baixa, média ou alta, de acordo com os critérios definidos na própria análise;

VII - avaliação do impacto de cada risco, classificado, no mínimo, como baixo, médio ou alto, de acordo com os critérios definidos na própria análise;

VIII - definição do nível de risco, resultante da combinação entre probabilidade e impacto, classificado, no mínimo, como baixo, médio, alto ou crítico;

IX - indicação dos controles existentes e das medidas de tratamento propostas, especificando o tipo de tratamento a ser adotado, inclusive evitar, reduzir, compartilhar, transferir, aceitar ou monitorar o risco;

X - definição do responsável pela implementação, acompanhamento e comprovação de cada medida de tratamento, com indicação do prazo ou momento processual de execução e da evidência de implementação esperada;

XI - avaliação do risco residual após a adoção das medidas de tratamento propostas, com indicação de sua aceitabilidade em face dos critérios de risco previamente definidos ou da necessidade de providências adicionais;

XII - indicação dos riscos que deverão ser monitorados durante a execução contratual e, quando cabível, incorporados à matriz de riscos do edital ou do contrato;

XIII - conclusão técnica quanto à suficiência dos controles previstos, à aceitabilidade dos riscos residuais e à viabilidade de prosseguimento da contratação, acompanhada da identificação e assinatura dos responsáveis pela elaboração ou validação da análise.

§ 1º A análise de riscos deverá ser proporcional à natureza, à complexidade, ao valor, à criticidade e ao grau de exposição da contratação, admitidas adaptações ao modelo constante do Anexo I para objetos comuns, de baixa materialidade ou de execução ordinária, desde que preservados os elementos mínimos necessários à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos relevantes.

§ 2º A inexistência de riscos relevantes deverá ser expressamente declarada e justificada, não sendo admitida afirmação genérica de ausência de riscos sem demonstração mínima da análise realizada.

Art. 54. A análise de riscos deverá contemplar, sempre que aplicável, riscos relacionados:

I - ao planejamento da contratação, inclusive ausência ou insuficiência de estudos técnicos, definição inadequada da necessidade, estimativa incorreta de quantitativos, incompatibilidade com o Plano de Contratações Anual ou falha na justificativa da solução escolhida;

II - à definição do objeto, incluindo descrição genérica, excessiva, ambígua ou restritiva, ausência de padronização, uso inadequado de CATMAT, CATSER ou catálogo oficial, indicação indevida de marca ou tecnologia e risco de direcionamento;

III - à pesquisa de preços e à estimativa do valor da contratação, incluindo fontes insuficientes, preços incompatíveis com o mercado, ausência de memória de cálculo, desconsideração de contratações similares, risco de sobrepreço, subpreço ou orçamento inexequível;

IV - à escolha do procedimento, da modalidade, do critério de julgamento, do regime de execução, do parcelamento do objeto, da contratação direta, da adesão a ata ou do sistema de registro de preços;

V - à competitividade, à isonomia e à integridade do procedimento, inclusive restrição de mercado, conflito de interesses, falha de segregação de funções, favorecimento indevido, fracionamento irregular ou participação de agente impedido;

VI - à tramitação eletrônica, à rastreabilidade e à auditabilidade, incluindo ausência de documentos no processo eletrônico, uso de meio paralelo, falta de assinatura eletrônica, classificação indevida de sigilo, ausência de logs ou deficiência na trilha de auditoria;

VII - à execução contratual, à fiscalização, ao recebimento do objeto, à gestão de prazos, à qualidade, à continuidade do serviço, ao reajuste, ao reequilíbrio econômico-financeiro, às sanções, às alterações contratuais, ao pagamento e ao encerramento contratual;

VIII - à proteção de dados pessoais, à segurança da informação, ao sigilo, à transparência, à publicidade, ao controle social e ao acesso da Controladoria-Geral do Município aos processos e informações necessários ao controle interno.

Seção III - Do Mapa de Riscos e da Classificação dos Riscos

Art. 55. O mapa de riscos é instrumento de diagnóstico, priorização e comunicação dos riscos identificados na análise de riscos, destinado a representar, de forma objetiva, o nível de exposição da contratação a partir da combinação entre probabilidade de ocorrência e impacto potencial.

§ 1º O mapa de riscos deverá ser elaborado, sempre que aplicável, como instrumento sintético derivado da análise de riscos, destinado à visualização, priorização, comunicação e monitoramento dos riscos identificados, podendo

ser utilizado como modelo simplificado de gestão de riscos em contratações de baixa complexidade, baixa materialidade ou execução ordinária, desde que preservados os elementos mínimos previstos nesta Instrução Normativa.

§ 2º O mapa de riscos deverá indicar, no mínimo, o evento de risco, a causa provável, a consequência, a classificação da probabilidade, a classificação do impacto, o nível de risco, os controles existentes, a medida de tratamento proposta, o responsável pelo tratamento, o prazo de implementação, o risco residual e a forma de monitoramento, em conformidade com o modelo constante do Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 3º A representação do mapa de riscos poderá adotar matriz de calor, tabela de priorização ou outro formato equivalente, desde que permita identificar com clareza os riscos baixos, médios, altos e críticos e a respectiva prioridade de tratamento.

§ 4º O mapa de riscos deverá observar, preferencialmente, o modelo constante do Anexo II desta Instrução Normativa, admitidas adaptações proporcionais à natureza, ao valor, à complexidade, à criticidade e ao grau de exposição da contratação.

Art. 56. Para fins de classificação no mapa de riscos, a probabilidade e o impacto poderão ser graduados em escala mínima de três níveis, sem prejuízo da adoção de escala mais detalhada pela Controladoria-Geral do Município ou pela unidade competente.

§ 1º A probabilidade será classificada, no mínimo, como baixa, média ou alta, considerando a frequência histórica de ocorrências semelhantes, a maturidade dos controles existentes, a complexidade do objeto, a estabilidade do mercado, a capacidade técnica da unidade responsável e os fatores internos ou externos que aumentem a chance de materialização do risco.

§ 2º O impacto será classificado, no mínimo, como baixo, médio ou alto, considerando os possíveis efeitos sobre legalidade, economicidade, continuidade administrativa, qualidade da execução contratual, competitividade, integridade, dano ao erário, responsabilização de agentes, imagem institucional, proteção de dados, segurança da informação e atendimento do interesse público.

§ 3º O nível de risco será definido a partir da combinação entre probabilidade e impacto, classificando-se, no mínimo, como baixo, médio, alto ou crítico, conforme critério previamente indicado na análise de riscos.

§ 4º Os riscos classificados como baixos poderão ser aceitos ou monitorados pela unidade responsável; os riscos médios deverão contar com medida de tratamento proporcional; os riscos altos deverão ser objeto de plano de ação específico e reavaliação antes do prosseguimento da etapa crítica; e os riscos críticos deverão ser comunicados à autoridade competente e à Controladoria-Geral do Município antes do prosseguimento do processo, salvo situação excepcional devidamente justificada.

Art. 57. O mapa de riscos deverá servir como instrumento de apoio à tomada de decisão administrativa, à priorização de controles, ao acionamento da Controladoria-Geral do Município e ao monitoramento da contratação, sem substituir a análise de riscos nem a matriz de riscos contratual quando exigida ou recomendável.

Parágrafo único. O mapa de riscos deverá ser revisado sempre que houver saneamento relevante, alteração do objeto, mudança de quantitativos, revisão da estimativa de preços, modificação da estratégia de contratação,

identificação de novo risco, manifestação da Controladoria-Geral do Município ou ocorrência de fato superveniente que altere o nível de exposição da contratação.

Seção IV - Da Matriz de Riscos Contratual

Art. 58. A matriz de riscos contratual, para fins desta Instrução Normativa, é o instrumento jurídico de alocação de riscos entre a Administração e o contratado, nos termos do art. 6º, inciso XXVII, e do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, destinado a estabelecer, no edital, no contrato ou em instrumento equivalente, a distribuição de responsabilidades, ônus financeiros e consequências decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

§ 1º A matriz de riscos contratual será obrigatória nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nas contratações de obras e serviços de grande vulto, e poderá ser adotada, de forma facultativa e motivada, nas demais contratações em que a natureza do objeto, a complexidade da execução, a materialidade econômica, a duração contratual, a inovação tecnológica, a dependência de terceiros, os riscos de engenharia, os riscos regulatórios ou a possibilidade de eventos supervenientes recomendarem a prévia alocação de responsabilidades.

§ 2º A alocação dos riscos deverá considerar a natureza do risco, as obrigações atribuídas a cada parte, o beneficiário das prestações a que o risco se vincula, a capacidade de prevenção, controle, mitigação ou precificação do risco e os efeitos sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 3º Os riscos com cobertura securitária disponível no mercado deverão ser avaliados quanto à possibilidade de transferência ou compartilhamento, observadas a economicidade, a compatibilidade com o objeto, a capacidade de gerenciamento pela parte designada e a adequada projeção dos custos no valor estimado da contratação.

Art. 59. A matriz de riscos contratual deverá observar, preferencialmente, o modelo constante do Anexo III desta Instrução Normativa e conter, no mínimo:

I - identificação do risco contratual previsto ou presumível e do evento superveniente associado, capaz de impactar a execução, os prazos, os custos, as obrigações contratuais ou o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

II - descrição das causas, consequências e impactos financeiros, operacionais, jurídicos ou técnicos decorrentes da materialização do risco;

III - alocação expressa do risco à Administração, ao contratado ou de forma compartilhada, com indicação clara da parte responsável por sua prevenção, mitigação, absorção, comunicação ou tratamento;

IV - justificativa da alocação adotada, considerando a parte com maior capacidade de prevenir, controlar, mitigar, absorver, transferir, compartilhar ou precificar o risco;

V - estimativa, quando possível, do impacto financeiro do risco e de seus reflexos no valor estimado da contratação, na remuneração contratual, nos custos de seguro, nas garantias, nos prazos ou nas condições de execução;

VI - medidas preventivas, mitigadoras ou de contingência a serem adotadas pela parte responsável ou por ambas as partes, conforme a alocação definida;

VII - tratamento contratual previsto em caso de materialização do risco, inclusive quanto à necessidade ou não de termo aditivo, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração de prazo, recomposição de custos, aplicação de sanções, acionamento de garantia ou cobertura securitária;

VIII - indicação dos documentos, evidências, registros e comunicações necessários para comprovar a ocorrência do evento e instruir eventual pleito contratual;

IX - indicação da unidade, fiscal, gestor, contratado ou outra parte responsável pelo monitoramento do risco durante a execução contratual;

X - forma de comunicação à Administração e prazo para notificação quando o risco se materializar ou quando houver indício concreto de sua ocorrência.

Art. 60. A matriz de riscos contratual deverá guardar coerência com a análise de riscos, o mapa de riscos, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Projeto Básico, a estimativa de preços, a minuta do edital, a minuta contratual e o modelo constante do Anexo III, devendo ser revisada sempre que houver alteração relevante do objeto, do regime de execução, do modelo de remuneração, da estratégia de contratação ou dos riscos identificados.

§ 1º Os riscos assumidos pelo contratado deverão ser considerados na formação do preço estimado, na composição dos custos, na definição das garantias, nas exigências de seguro e nas condições de execução, sendo vedada a transferência de risco de forma genérica, desproporcional, antieconômica ou incompatível com a capacidade de gerenciamento pela parte designada.

§ 2º Sempre que atendidas as condições previstas no contrato e na matriz de riscos contratual, considerar-se-á preservado o equilíbrio econômico-financeiro em relação aos riscos assumidos pela parte responsável, ressalvadas as hipóteses legais de alteração unilateral pela Administração, modificação tributária superveniente ou outras situações expressamente previstas na Lei nº 14.133/2021.

Art. 61. A Controladoria-Geral do Município poderá recomendar saneamento, complementação ou revisão da análise de riscos, do mapa de riscos ou da matriz de riscos contratual quando verificar ausência de coerência entre os instrumentos, classificação inadequada, omissão de risco relevante, alocação desproporcional, ausência de quantificação mínima, tratamento insuficiente, fragilidade de controles ou risco residual incompatível com o prosseguimento da contratação.

Seção V - Das Responsabilidades pela Gestão de Riscos

Art. 62. As responsabilidades pela gestão de riscos nas contratações públicas observarão a segregação de funções e serão distribuídas entre os agentes e unidades envolvidos, de acordo com suas competências legais, técnicas e funcionais.

I - compete ao setor requisitante elaborar ou coordenar a análise inicial de riscos, identificar riscos relacionados à necessidade administrativa, ao objeto, aos quantitativos, à solução pretendida, aos resultados esperados e à execução contratual, propor medidas de tratamento, indicar responsáveis e prazos, justificar riscos aceitos e revisar a análise sempre que houver alteração relevante da demanda, do objeto ou da estratégia de contratação;

II - compete às unidades técnicas especializadas, quando envolvidas, apoiar o setor requisitante na identificação, avaliação e tratamento dos riscos técnicos, operacionais, tecnológicos, ambientais, regulatórios, setoriais ou de



execução, manifestando-se sobre a viabilidade da solução, as alternativas disponíveis, os controles necessários e os riscos residuais aceitáveis;

III - compete à unidade responsável pelas compras e licitações verificar a coerência da análise de riscos com a modalidade ou procedimento proposto, o critério de julgamento, o regime de execução, o parcelamento do objeto, o sistema de registro de preços, a contratação direta, a pesquisa de preços, a competitividade e os documentos preparatórios da contratação;

IV - compete ao agente de contratação e ao pregoeiro, no juízo de admissibilidade, verificar a existência, suficiência, coerência e atualidade da análise de riscos, do mapa de riscos e, quando cabível, da matriz de riscos, exigindo saneamento quando houver omissão, inconsistência, risco relevante não tratado ou incompatibilidade entre os riscos identificados e a modelagem do procedimento;

V - compete à Controladoria-Geral do Município, em atuação seletiva e baseada em riscos, avaliar processos de maior exposição, revisar a suficiência dos instrumentos de gestão de riscos, recomendar saneamento, complementação, revisão de fluxo, adoção de controles adicionais, capacitação ou monitoramento específico, bem como definir critérios de priorização, materialidade, relevância e risco para sua atuação preventiva e concomitante;

VI - compete à assessoria jurídica avaliar os riscos jurídicos da contratação, inclusive quanto à competência, forma, motivação, legalidade do procedimento, cláusulas editalícias e contratuais, matriz de riscos, alocação de responsabilidades, sanções, garantias, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e demais aspectos sujeitos a controle de legalidade;

VII - compete à autoridade competente decidir sobre a aceitabilidade dos riscos residuais relevantes, autorizar o prosseguimento do processo, determinar saneamento, revisão, suspensão ou arquivamento da contratação e decidir motivadamente em caso de divergência entre unidades técnicas, Controladoria-Geral do Município, assessoria jurídica, agente de contratação, pregoeiro ou setor requisitante;

VIII - compete ao gestor e ao fiscal do contrato monitorar, durante a execução contratual, os riscos previstos na análise, no mapa e na matriz de riscos, registrar ocorrências, comunicar a materialização de riscos, propor medidas corretivas, instruir pedidos de alteração, reequilíbrio, sanção, rescisão ou encerramento e manter evidências no processo eletrônico;

IX - compete a todos os agentes públicos que atuarem no processo comunicar tempestivamente riscos supervenientes, inconsistências, falhas de controle, indícios de irregularidade, conflito de interesses, restrição indevida à competitividade ou circunstâncias que possam comprometer a legalidade, a economicidade, a integridade ou a boa execução da contratação.

Parágrafo único. A participação da Controladoria-Geral do Município, da assessoria jurídica, do agente de contratação, do pregoeiro ou de qualquer unidade de controle, revisão ou apoio não exonera o setor requisitante, a unidade técnica, a autoridade competente, o gestor, o fiscal ou os demais agentes públicos das responsabilidades próprias pelos atos, informações, justificativas, estudos, decisões e controles sob sua atribuição.

CAPÍTULO XIV - DO FLUXO PROCESSUAL DAS CONTRATAÇÕES

Seção I - Da Ordem Procedimental Mínima

Art. 63. A fase preparatória dos processos de contratação observará, como regra, a seguinte ordem procedimental mínima, sem prejuízo das peculiaridades do objeto, do regime de contratação, da modalidade aplicável e das exigências legais específicas:

I - formalização da demanda pelo setor requisitante, com demonstração da necessidade pública, justificativa da contratação e indicação dos resultados pretendidos;

II - elaboração dos estudos técnicos e documentos de planejamento exigidos para o caso concreto, inclusive DFD, ETP, TR, Projeto Básico, anteprojeto ou documento equivalente, quando cabíveis;

III - definição padronizada do objeto, com utilização de catálogo aplicável ou justificativa formal de sua inexistência;

IV - estimativa preliminar de valor no ETP, quando exigível, e realização da pesquisa de preços definitiva para fundamentar o TR, Projeto Básico ou documento equivalente, acompanhadas dos parâmetros utilizados, memórias de cálculo e documentos de suporte;

V - análise de riscos, quando cabível, com identificação dos riscos relevantes ao planejamento, à seleção do fornecedor, à futura execução contratual, à proteção de dados pessoais, à segurança da informação e aos resultados pretendidos;

VI - manifestação técnica complementar das secretarias ou unidades competentes, quando exigida pela natureza do objeto;

VII - análise de admissibilidade da instrução pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela unidade responsável pela licitação ou contratação direta;

VIII - saneamento das pendências identificadas antes da remessa à assessoria jurídica, à Controladoria-Geral do Município, à autoridade competente ou antes do encaminhamento do processo à fase externa ou ao procedimento de contratação direta;

IX - controle preventivo de legalidade, quando exigido, avaliação de conformidade ou manifestação da Controladoria-Geral do Município, quando cabível, e autorização motivada da autoridade competente;

X - encaminhamento do processo à fase externa, à contratação direta, ao procedimento auxiliar ou à formalização do instrumento equivalente, quando concluída a fase preparatória e observadas as exigências legais, regulamentares e de controle aplicáveis.

Parágrafo único. Todas as etapas da fase preparatória previstas neste artigo deverão ser formalizadas e movimentadas no sistema eletrônico oficial, com registro dos responsáveis, documentos, despachos, manifestações e decisões correspondentes.

Seção II - Das Vedações ao Prosseguimento sem Instrução Regular

Art. 64. É vedado o encaminhamento do processo à fase externa, à contratação direta, à assinatura de instrumento contratual ou à emissão de instrumento equivalente sem a demonstração formal da necessidade



pública, da definição adequada do objeto, da estimativa de preços, da compatibilidade orçamentária, da escolha motivada do procedimento, da regularidade da instrução e da observância das etapas de controle cabíveis.

CAPÍTULO XV - DO SANEAMENTO DE FALHAS, DO DESPACHO SANEADOR E DAS DILIGÊNCIAS INTERNAS

Seção I - Do Regime de Saneamento na Fase Interna

Art. 65. Este Capítulo disciplina o regime de saneamento de falhas, a realização de diligências internas e a emissão de despacho saneador no âmbito da fase interna da licitação e dos procedimentos preparatórios das contratações diretas, como instrumentos de controle preventivo, regularização processual, preservação da legalidade, qualificação da instrução e mitigação de riscos à contratação.

§ 1º Considera-se fase interna o conjunto de atos preparatórios praticados antes da divulgação do edital, do aviso de contratação direta ou do instrumento equivalente, abrangendo, entre outros, a formalização da demanda, o planejamento, os estudos técnicos, a definição e padronização do objeto, a estimativa de preços, a análise de riscos, a instrução documental, as manifestações técnicas, o controle interno preventivo, a análise jurídica e a autorização da autoridade competente.

§ 2º O saneamento na fase interna observará os princípios da legalidade, motivação, planejamento, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade, formalismo moderado, segregação de funções, transparência, segurança jurídica, competitividade, controle preventivo e busca da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

§ 3º As regras aqui previstas aplicam-se aos atos da fase interna, sem disciplinar o rito das fases posteriores, que observarão diretamente a Lei nº 14.133/2021, o instrumento convocatório e os regulamentos próprios aplicáveis.

§ 4º O saneamento não poderá ser utilizado para convalidar vício insanável, suprir ausência de planejamento mínimo, substituir manifestação técnica essencial, justificar posteriormente decisão administrativa imotivada, alterar indevidamente a solução pretendida, restringir a competitividade, afastar exigência legal ou permitir o prosseguimento de processo cuja deficiência comprometa a regularidade, a segurança ou a finalidade da contratação.

Art. 66. O saneamento de falhas na fase interna deverá observar procedimento formal, motivado e rastreável, composto, no mínimo, pelas seguintes etapas:

I - identificação objetiva da falha, omissão, inconsistência, dúvida relevante ou risco processual pela unidade competente, inclusive setor requisitante, unidade de licitações, agente de contratação, pregoeiro, Controladoria-Geral do Município, assessoria jurídica, autoridade competente ou unidade técnica especializada;

II - registro da ocorrência no sistema eletrônico oficial, com indicação do ato, documento, etapa, unidade ou requisito de instrução afetado;

III - emissão de despacho saneador, diligência interna ou solicitação de complementação, com delimitação precisa da providência exigida, do fundamento normativo, da unidade responsável e do prazo para atendimento;

IV - remessa, restituição ou atribuição do processo à unidade responsável pelo saneamento, com preservação da trilha de auditoria, da ordem cronológica dos atos e da identificação do agente encarregado da providência;



V - juntada, no sistema eletrônico oficial, da resposta, justificativa, ratificação, correção, manifestação técnica, documento complementar ou providência adotada;

VI - reanálise motivada pela unidade que apontou a falha ou pela unidade competente para o juízo de admissibilidade, com manifestação expressa quanto ao saneamento integral, parcial ou insuficiente;

VII - decisão quanto ao prosseguimento do processo, à reiteração do saneamento, à remessa à Controladoria-Geral do Município, à submissão à autoridade competente, ao refazimento da fase, à anulação do ato ou ao arquivamento, conforme a natureza da falha e o resultado da reanálise.

Seção II - Do Despacho Saneador

Art. 67. O despacho saneador é ato administrativo formal e motivado, destinado a apontar falha, omissão, inconsistência, dúvida relevante ou risco identificado na fase interna, bem como a determinar a providência necessária à recomposição da regularidade processual.

Parágrafo único. O despacho saneador deverá delimitar a matéria a ser corrigida ou esclarecida, sem transferir indevidamente ao agente de contratação, ao pregoeiro, à Controladoria-Geral do Município ou à assessoria jurídica a responsabilidade técnica originária do setor requisitante ou da unidade competente pela instrução do processo.

Art. 68. O despacho saneador deverá conter, no mínimo:

I - identificação do processo, da contratação pretendida, da unidade requisitante, da unidade responsável pelo saneamento e da etapa processual em que a falha foi constatada;

II - descrição clara, objetiva e individualizada da falha, omissão, inconsistência, dúvida relevante ou risco identificado;

III - indicação do fundamento legal, regulamentar, normativo, técnico ou de controle aplicável, inclusive princípio ou regra potencialmente afetado;

IV - providência exigida, especificando se deverá haver correção, complementação, ratificação, justificativa técnica, juntada documental, revisão de documento, manifestação de unidade técnica, reavaliação do objeto, revisão de preços, análise de riscos ou manifestação da autoridade competente;

V - prazo para atendimento, compatível com a complexidade da providência, a urgência da contratação e a necessidade de preservação da competitividade, da eficiência e da regularidade do procedimento;

VI - advertência quanto à impossibilidade de prosseguimento enquanto não sanada a falha, quando esta comprometer requisito essencial da fase preparatória;

VII - indicação da necessidade de remessa à Controladoria-Geral do Município, à assessoria jurídica ou à autoridade competente, quando a falha envolver risco relevante, matéria jurídica controvertida, divergência técnica, indício de irregularidade ou resistência ao saneamento.

Art. 69. O prazo ordinário para atendimento do despacho saneador será de até 5 (cinco) dias úteis, salvo fixação motivada de prazo diverso, considerada a complexidade da providência, a urgência da contratação, a necessidade de manifestação técnica especializada ou a existência de prazo legal específico.



§ 1º O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação formal e justificada da unidade responsável pelo saneamento, apresentada antes do seu vencimento e registrada no sistema eletrônico oficial.

§ 2º Em contratações urgentes, emergenciais ou sujeitas a prazo crítico, poderá ser fixado prazo inferior, desde que compatível com a providência exigida e devidamente motivado no despacho saneador.

Art. 70. Compete à unidade responsável pela instrução ou pelo ato questionado promover o saneamento das falhas sob sua responsabilidade, especialmente quando relacionadas à necessidade da contratação, definição do objeto, especificações técnicas, quantitativos, memória de cálculo, justificativas, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, análise de riscos, pesquisa de mercado, estimativa de preços, manifestação técnica, classificação do objeto, utilização de catálogo e demais elementos de planejamento.

Parágrafo único. A resposta ao despacho saneador deverá ser específica, motivada, conclusiva e acompanhada dos documentos comprobatórios pertinentes, quando exigíveis, sendo vedadas respostas genéricas, meramente opinativas, contraditórias ou desacompanhadas de suporte técnico suficiente.

Art. 71. Realizado o saneamento, a unidade competente deverá proceder à reanálise e registrar, em despacho próprio, uma das seguintes conclusões:

I - saneamento integral da pendência, com autorização para prosseguimento do processo;

II - saneamento parcial, com delimitação das pendências remanescentes e possibilidade de reiteração do despacho saneador;

III - não saneamento da pendência, com recomendação de remessa à Controladoria-Geral do Município, à assessoria jurídica ou à autoridade competente, conforme a natureza da falha;

IV - reconhecimento de vício insanável, com recomendação de anulação do ato, refazimento da fase, arquivamento do processo ou adoção de providência corretiva equivalente.

Art. 72. A reiteração do despacho saneador será admitida quando a resposta apresentada for insuficiente, contraditória, incompleta, inconclusiva ou desacompanhada dos documentos indispensáveis, devendo a nova manifestação limitar-se às pendências remanescentes e indicar as consequências do não atendimento.

Parágrafo único. A reiteração injustificada de falhas pelo mesmo setor, a resistência ao saneamento, o descumprimento reiterado de orientações ou a tentativa de prosseguimento do processo com pendência essencial poderá ensejar remessa à Controladoria-Geral do Município para avaliação de conformidade, recomendação de revisão de fluxo, capacitação, responsabilização, comunicação à autoridade competente ou proposição de Termo de Compromisso de Gestão, quando cabível.

Seção III - Das Diligências Internas

Art. 73. A diligência interna destina-se a esclarecer, complementar, confirmar ou documentar informação relevante da fase preparatória, quando houver dúvida objetiva sobre fato, documento, manifestação ou elemento já existente nos autos, ou sobre circunstância preexistente à decisão administrativa a ser tomada.

§ 1º A diligência interna não poderá ser utilizada para suprir ausência de documento técnico essencial, criar motivação posterior artificial, modificar substancialmente a solução pretendida, alterar indevidamente o objeto,



afastar exigência legal, restringir a competitividade ou transferir a terceiro responsabilidade própria do setor requisitante ou da unidade técnica competente.

CAPÍTULO XVI - DO ACIONAMENTO DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Seção I - Dos Critérios Objetivos de Acionamento

Art. 74. Deverão ser encaminhados à Controladoria-Geral do Município, para avaliação preventiva de conformidade, os processos de contratação em que se verifique, ao menos, uma das seguintes hipóteses:

- I - risco classificado como alto ou crítico, ou risco residual relevante sem tratamento suficiente;
- II - indício de direcionamento, restrição indevida à competitividade, fracionamento irregular, sobrepreço, subpreço, conflito de interesses, violação à segregação de funções ou risco de dano ao erário;
- III - contratação direta por inexigibilidade, dispensa emergencial, calamidade pública ou outra hipótese que envolva maior exposição a risco, materialidade ou excepcionalidade;
- IV - valor estimado igual ou superior a R\$ 300.000,00 para compras e serviços comuns e R\$ 600.000,00 para obras e serviços de engenharia;
- V - objeto crítico, sensível, estratégico ou essencial à continuidade de serviço público, inclusive nas áreas de saúde, educação, assistência social, transporte, limpeza urbana, tecnologia da informação, obras e serviços de engenharia ou serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
- VI - falha recorrente, resistência ao saneamento, descumprimento de recomendação, saneamento parcial ou tentativa de prosseguimento com pendência essencial;
- VII - divergência técnica ou jurídica relevante entre unidades envolvidas na contratação;
- VIII - exceção injustificada à padronização de objeto, catálogo oficial, modelo padronizado, checklist, fluxo processual ou instrumento de controle;
- IX - pesquisa de preços insuficiente, incompatível, baseada exclusivamente em propostas de fornecedores, sem memória de cálculo ou sem análise crítica dos valores obtidos;
- X - apontamento, recomendação, denúncia, representação ou comunicação de órgão de controle, autoridade competente ou agente público acerca de possível irregularidade relevante.

§ 1º A remessa ordinária do processo à Controladoria-Geral do Município deverá ser realizada exclusivamente pelo agente de contratação ou pelo pregoeiro, mediante despacho motivado, com indicação objetiva do critério de acionamento, documentos essenciais, análise de riscos e manifestação da unidade responsável, quando existente.

§ 2º A ausência de enquadramento nas hipóteses previstas neste artigo não impede a atuação da Controladoria-Geral do Município, quando identificados materialidade, relevância, criticidade ou risco suficiente para justificar sua manifestação.



§ 3º A Controladoria-Geral do Município poderá estabelecer, por ato próprio, matriz de priorização, limites de materialidade, critérios de amostragem, indicadores de risco e hipóteses complementares de atuação preventiva, concomitante ou posterior.

Seção II - Das Manifestações da Controladoria-Geral

Art. 75. Recebido o processo, a Controladoria-Geral do Município poderá emitir nota técnica, orientação, recomendação, despacho de conformidade, despacho de inconformidade ou proposta de encaminhamento à autoridade competente, sem prejuízo de solicitar diligências adicionais, manifestação de unidade técnica especializada ou análise jurídica, quando a matéria exigir.

§ 1º A manifestação da Controladoria-Geral do Município deverá indicar, quando possível, o risco identificado, a inconformidade constatada, a providência corretiva recomendada, a unidade responsável, o prazo sugerido e o efeito sobre o prosseguimento do processo.

§ 2º Havendo divergência entre a manifestação da Controladoria-Geral do Município e a unidade responsável pela contratação, o processo deverá ser submetido à autoridade competente para decisão motivada, sem prejuízo de prévia manifestação jurídica quando a controvérsia envolver matéria de legalidade.

Seção III - Da Vedação de Prosseguimento com Pendência Essencial

Art. 76. É vedado encaminhar o processo à fase externa, à contratação direta ou à formalização do instrumento equivalente enquanto pendente saneamento de falha essencial à legalidade, motivação, definição do objeto, estimativa de preços, análise de riscos, disponibilidade orçamentária, competitividade, segregação de funções, tramitação eletrônica ou regularidade da instrução.

CAPÍTULO XVII - DA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NAS CONTRATAÇÕES

Art. 77. A Administração Municipal deverá promover capacitação periódica dos agentes públicos envolvidos nos processos de contratação, com a finalidade de assegurar a adequada compreensão e aplicação da Lei nº 14.133/2021, desta Instrução Normativa, dos fluxos eletrônicos, dos modelos padronizados, dos checklists, dos instrumentos de gestão de riscos e das orientações expedidas pela Controladoria-Geral do Município.

§ 1º As ações de capacitação deverão abranger, no mínimo, os setores requisitantes, os agentes de contratação, os pregoeiros, as equipes de apoio, os fiscais e gestores de contratos, as unidades técnicas, as unidades responsáveis por compras e licitações e os servidores encarregados da alimentação, movimentação, instrução ou controle dos processos no sistema eletrônico oficial.

§ 2º As capacitações poderão ser realizadas por meio de treinamentos presenciais ou remotos, oficinas práticas, manuais, roteiros de orientação, notas técnicas, estudos de caso, reuniões técnicas, tutoriais ou outros instrumentos compatíveis com as necessidades das unidades administrativas.

§ 3º A Controladoria-Geral do Município poderá recomendar, propor, apoiar ou promover ações de capacitação sempre que identificar falhas recorrentes, descumprimento de fluxos, fragilidades na instrução processual, insuficiência na gestão de riscos, uso inadequado do sistema eletrônico ou necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos.

§ 4º A participação em capacitações poderá ser considerada, quando cabível, medida preventiva ou corretiva em planos de ação, recomendações de controle, termos de compromisso de gestão ou estratégias de melhoria contínua da governança das contratações.

§ 5º As capacitações relativas ao macroprocesso de contratações deverão observar periodicidade compatível com as necessidades institucionais e abranger, no mínimo, os seguintes temas:

- a) governança, gestão de riscos e controles internos aplicáveis às contratações públicas;
- b) planejamento, instrução processual e definição adequada do objeto;
- c) controle de legalidade, atuação da assessoria jurídica e articulação com o controle interno;
- d) atuação das linhas de defesa, prevenção, identificação e tratamento de erros, falhas e indícios de fraude;
- e) responsabilidades funcionais e responsabilização dos agentes públicos que atuam no macroprocesso de contratações.

CAPÍTULO XVIII - DOS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS PARA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 78. A adesão a ata de registro de preços por órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, na condição de órgão não participante, constitui medida excepcional e somente poderá ser admitida quando demonstrada, em processo administrativo específico, a compatibilidade da ata com a necessidade pública, a vantagem da adesão, a economicidade, a regularidade jurídica, a observância dos limites legais e a preservação do interesse público.

§ 1º A adesão não poderá ser utilizada como forma ordinária de contratação, nem para contornar o planejamento anual, a realização de procedimento licitatório próprio, a adequada estimativa de quantitativos, a competição, a pesquisa de preços, a padronização do objeto ou os controles internos da contratação.

§ 2º A possibilidade de adesão deverá estar expressamente prevista no edital da licitação para registro de preços ou na própria ata, nas hipóteses de contratação direta admitidas em lei, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as normas regulamentares aplicáveis.

Art. 79. O processo de adesão deverá ser autuado de forma individualizada no sistema eletrônico oficial, com classificação própria ou identificação inequívoca como adesão a ata de registro de preços, preservada a vinculação ao processo originário da ata, ao órgão ou entidade gerenciadora, ao fornecedor, ao objeto, aos quantitativos pretendidos, aos saldos disponíveis e ao instrumento contratual ou equivalente decorrente.

Parágrafo único. O processo de adesão deverá conter trilha de auditoria suficiente para permitir a verificação da origem da ata, da autorização do órgão gerenciador, da aceitação do fornecedor, da compatibilidade do objeto, da pesquisa de preços, dos limites quantitativos, da análise jurídica, da decisão da autoridade competente e da posterior execução contratual.

Art. 80. O processo de adesão deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes elementos:

I - Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico ou documento técnico equivalente, conforme a natureza do objeto, com demonstração da necessidade administrativa, dos quantitativos, da solução pretendida e dos resultados esperados;



II - análise qualitativa do objeto registrado, demonstrando que a ata atende integralmente à necessidade do órgão aderente, especialmente quanto às especificações, condições de execução, recebimento, pagamento, prazos, garantias, obrigações do fornecedor e demais condições essenciais;

III - justificativa circunstanciada da vantagem da adesão em comparação com a realização de contratação própria, inclusive quando fundada em situação de provável desabastecimento, continuidade de serviço público, ganho de escala, redução de prazo, economicidade ou outra razão de interesse público devidamente demonstrada;

IV - demonstração de que os preços registrados permanecem compatíveis com os valores praticados no mercado, mediante pesquisa realizada nos termos desta Instrução Normativa e dos parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com análise crítica dos valores e juntada dos documentos de suporte;

V - comprovação de pesquisa de atas de registro de preços vigentes para o objeto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), realizada pelo próprio órgão ou entidade aderente, com registro dos critérios de busca, resultados encontrados e justificativa da escolha da ata pretendida, especialmente quando houver alternativas disponíveis;

VI - consulta prévia ao órgão ou entidade gerenciadora da ata e ao fornecedor registrado, com juntada das respectivas respostas formais;

VII - ato formal de aceitação do órgão ou entidade gerenciadora, com declaração expressa de que a adesão pretendida observa os limites legais e regulamentares aplicáveis, inclusive os limites quantitativos previstos no art. 86, §§ 4º, 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis;

VIII - ato formal de aceitação do fornecedor, com declaração de que possui condições de atender à contratação decorrente da adesão, sem prejuízo dos compromissos já assumidos na ata de registro de preços;

IX - verificação da vigência da ata, dos saldos disponíveis, dos quantitativos já contratados, das adesões anteriormente autorizadas, das condições editalícias e da compatibilidade do instrumento com a contratação pretendida;

X - análise de riscos específica da adesão, contemplando, no mínimo, riscos de sobrepreço, incompatibilidade do objeto, insuficiência de saldo, execução inadequada, dependência de fornecedor, ausência de planejamento, restrição à competitividade, descumprimento de limites legais, fragilidade de transparência e perda de rastreabilidade;

XI - manifestação da assessoria jurídica competente quanto ao controle prévio de legalidade da adesão, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

XII - decisão motivada da autoridade competente autorizando a adesão, a formalização da contratação e a publicação dos atos exigidos.

§ 1º A participação de particulares na identificação de ata vigente para o objeto, quando ocorrer, deverá ser expressamente registrada no processo e não afasta o dever do órgão ou entidade aderente de realizar pesquisa própria no PNCP, justificar a escolha da ata e comprovar a vantajosidade da adesão.

§ 2º A ausência de qualquer elemento essencial previsto neste artigo impedirá o prosseguimento da adesão até o saneamento da pendência, sem prejuízo do acionamento da Controladoria-Geral do Município quando configurado risco relevante.



Art. 81. A pesquisa de atas no PNCP deverá ser realizada diretamente pelo órgão ou entidade aderente, sem delegação a fornecedor, intermediário, representante comercial, consultor privado ou terceiro interessado na contratação.

Parágrafo único. O registro da pesquisa deverá indicar a data da consulta, os termos utilizados, os filtros aplicados, as atas localizadas, as atas descartadas e a motivação da escolha, de modo a permitir controle posterior da legalidade, da economicidade e da impessoalidade da decisão.

Art. 82. Antes da emissão do ato formal de aceitação, o órgão ou entidade gerenciadora deverá verificar os limites quantitativos aplicáveis à ata, inclusive aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021, no edital, na ata e em normas do respectivo ente federativo, cabendo ao órgão aderente juntar aos autos a comprovação dessa verificação.

Art. 83. É vedada a adesão a ata de registro de preços quando:

I - não houver previsão expressa de adesão no edital ou na ata, quando exigida;

II - não for demonstrada a compatibilidade integral entre o objeto registrado e a necessidade administrativa do órgão aderente;

III - a pesquisa de preços indicar perda de vantajosidade, sobrepreço, ausência de compatibilidade com o mercado ou insuficiência de análise crítica;

IV - houver extrapolação de limites quantitativos legais, editais ou regulamentares;

V - a adesão representar fracionamento indevido, burla ao dever de licitar, ausência de planejamento, direcionamento ou restrição injustificada à competitividade;

VI - a ata estiver vencida, suspensa, anulada, revogada ou sem saldo suficiente para a contratação pretendida;

VII - não houver aceitação formal do órgão gerenciador ou do fornecedor;

VIII - a instrução processual não permitir rastrear a origem da ata, os atos de autorização, os quantitativos, os preços, a motivação da escolha e os controles aplicados.

Art. 84. A adesão a ata de registro de preços deverá ser objeto de controle prévio de legalidade pela assessoria jurídica, sem prejuízo da atuação da Controladoria-Geral do Município nas hipóteses de risco, materialidade, criticidade, falha recorrente, indício de irregularidade, ausência de vantajosidade, insuficiência de pesquisa de preços ou descumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 85. O resumo da adesão, o instrumento contratual ou equivalente e os dados essenciais da contratação decorrente deverão ser divulgados nos meios oficiais aplicáveis, inclusive no PNCP, quando exigido, e no sítio eletrônico ou portal de transparência do Município, com identificação da ata originária, do órgão gerenciador, do fornecedor, do objeto, dos quantitativos, dos valores, da unidade aderente e do processo administrativo correspondente.

Art. 86. As unidades responsáveis pelo gerenciamento de atas próprias do Município deverão manter controle atualizado dos quantitativos registrados, das contratações efetivadas, dos saldos por item, das solicitações de adesão recebidas, das adesões aceitas e realizadas, dos órgãos aderentes, dos objetos, dos quantitativos autorizados e dos instrumentos decorrentes.



Parágrafo único. As informações de que trata o caput deverão ser disponibilizadas nos portais oficiais de transparência, sempre que cabível, de modo a assegurar publicidade, controle social, rastreabilidade e fiscalização das adesões e contratações vinculadas às atas de registro de preços.

Art. 87. A adesão a ata de registro de preços de consórcio público por outro consórcio público somente será admitida para consumo próprio, vedada a extensão automática da adesão aos órgãos ou entidades consorciadas, salvo previsão legal ou regulamentar específica e demonstração formal de compatibilidade com o interesse público.

Art. 88. A Controladoria-Geral do Município poderá expedir checklist específico para adesão a ata de registro de preços, estabelecer critérios de acionamento preventivo, recomendar ajustes no fluxo eletrônico, propor modelos padronizados de justificativa de vantajosidade e monitorar, por amostragem ou por risco, as adesões realizadas no âmbito da Administração Municipal.

CAPÍTULO XIX - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 89. O tratamento de dados pessoais nos processos de contratação pública abrangidos por esta Instrução Normativa deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018, a Lei de Acesso à Informação, a legislação de contratações públicas e os princípios da finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas, compatibilizando publicidade administrativa, controle social, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

Parágrafo único. A publicidade dos atos de contratação pública permanece como regra, vedada a ocultação indevida de objeto, quantitativos, valores, justificativas, critérios de escolha, motivação administrativa, identificação necessária ao controle público, vantajosidade, análise de riscos, pesquisa de preços ou demais elementos essenciais à transparência, devendo a divulgação de dados pessoais limitar-se ao estritamente necessário à finalidade do ato.

Art. 90. Antes da publicação ou disponibilização de documentos da fase preparatória no PNCP, portal da transparência, sítio eletrônico municipal, diário oficial, plataforma de compras ou outro meio oficial, a unidade responsável deverá avaliar a existência de dados pessoais, dados sensíveis, informações protegidas por sigilo legal ou dados desnecessários à finalidade de publicidade do ato.

§ 1º Quando a divulgação integral puder expor dados pessoais excedentes, deverá ser disponibilizada versão pública com ocultação, supressão, pseudonimização ou anonimização, preservada a íntegra nos autos eletrônicos com nível de acesso compatível, trilha de auditoria e disponibilidade aos órgãos de controle competentes.

§ 2º A versão pública tarjada, resumida, anonimizada ou com restrição parcial deverá preservar a compreensão do conteúdo essencial, a rastreabilidade da decisão administrativa e a possibilidade de verificação da legalidade, economicidade, impessoalidade e motivação da contratação.

Art. 91. Deverão ser objeto de especial cautela antes de qualquer publicação ou disponibilização externa, entre outros, os seguintes dados:

I - número de CPF, RG, CNH, título de eleitor, passaporte, carteira profissional, número de matrícula pessoal ou outro identificador civil individual, quando a divulgação integral não for necessária;



II - endereço residencial, telefone pessoal, e-mail pessoal, dados bancários, dados de cartões, assinatura manuscrita, data de nascimento, filiação, estado civil, informações familiares e demais dados de contato ou identificação pessoal não essenciais à publicidade do ato;

III - dados pessoais sensíveis, inclusive informações relativas à saúde, biometria, deficiência, origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, vida sexual, dados genéticos ou biométricos e outros protegidos por legislação específica;

IV - dados de crianças, adolescentes ou pessoas em situação de vulnerabilidade, quando eventualmente presentes nos autos;

V - informações trabalhistas, previdenciárias, médicas, disciplinares, fiscais ou patrimoniais individualizadas sem relevância pública direta para a transparência da contratação;

VI - documentos de identidade, procurações, currículos, comprovantes, certidões, atestados, declarações, propostas, planilhas ou anexos que contenham dados pessoais excedentes à finalidade de divulgação pública.

Parágrafo único. A identificação de agentes públicos, responsáveis técnicos, representantes legais, fornecedores, autores de manifestações, subscritores de documentos e demais pessoas vinculadas ao ato administrativo poderá ser divulgada quando necessária à validade, autenticidade, transparência, controle social, responsabilização ou fiscalização da contratação, devendo-se evitar, sempre que possível, a exposição de dados pessoais excedentes.

Art. 92. A unidade responsável pela elaboração, juntada, tramitação ou publicação de documentos deverá adotar medidas proporcionais de minimização de dados pessoais desde a produção do documento, evitando inserir nos autos ou nas versões públicas informações pessoais desnecessárias à finalidade do ato, à instrução do processo, à publicidade administrativa ou ao controle da contratação.

§ 1º Sempre que possível, deverão ser utilizados identificadores parciais, matrícula funcional, razão social, CNPJ, cargo, função, unidade administrativa ou outra forma menos invasiva de identificação, desde que suficiente para preservar autenticidade, rastreabilidade e controle do ato.

§ 2º A juntada de documento externo com excesso de dados pessoais ou a existência de dados pessoais em documento público não autoriza, por si só, restrição integral de acesso, devendo ser avaliada, preferencialmente, a ocultação apenas dos dados excedentes e a divulgação dos demais elementos necessários à transparência e ao controle social.

§ 3º A classificação de nível de acesso deverá ser compatível com a natureza da informação, sendo vedada restrição genérica, excessiva, imotivada ou utilizada para afastar indevidamente a publicidade de atos de contratação pública.

§ 4º A restrição de acesso deverá ser motivada nos autos, com indicação do fundamento legal, do documento afetado, da informação protegida, do grau de restrição adotado e, quando cabível, da possibilidade de divulgação de versão pública.

Art. 93. A proteção de dados pessoais deverá ser considerada na análise de riscos da contratação, especialmente quando o objeto envolver solução de tecnologia da informação, plataforma digital, tratamento massivo de dados, integração entre sistemas, armazenamento em nuvem, serviços terceirizados com acesso a bases municipais,

atendimento ao cidadão, dados de saúde, educação, assistência social, folha de pagamento, cadastro de usuários ou qualquer tratamento relevante de dados pessoais.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput, o ETP, o TR, o Projeto Básico, a análise de riscos e as minutas deverão avaliar, conforme o caso, requisitos de segurança da informação, controle de acesso, confidencialidade, retenção e descarte de dados, deveres do contratado, subcontratação, transferência de dados, resposta a incidentes, continuidade do serviço e responsabilização pelo tratamento inadequado.

Art. 94. A unidade responsável pela publicação deverá registrar nos autos, quando cabível, certidão, despacho, marcação no sistema eletrônico, campo de checklist ou declaração equivalente indicando que avaliou a existência de dados pessoais, sigilo, restrição de acesso e necessidade de versão pública, especialmente quando houver ocultação parcial, anonimização, publicação resumida ou restrição de acesso.

Parágrafo único. A violação das regras deste Capítulo poderá ensejar saneamento processual, revisão da publicação, substituição por versão pública adequada, comunicação à autoridade competente, adoção de medidas corretivas, apuração de responsabilidade e, quando cabível, acionamento da Controladoria-Geral do Município e do encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Município.

CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I - Dos Modelos, Checklists, Orientações e Instrumentos Complementares

Art. 95. Os setores requisitantes, os agentes de contratação, os pregoeiros, as equipes de apoio, os fiscais e gestores de contratos e as demais unidades envolvidas deverão observar os modelos, checklists, fluxos, orientações e instrumentos de controle expedidos pela Controladoria-Geral do Município.

Parágrafo único. Os checklists constantes dos anexos desta Instrução Normativa são de utilização obrigatória na fase preparatória das contratações a que se destinam e deverão ser juntados aos autos eletrônicos devidamente preenchidos, com indicação do atendimento, da não aplicação ou da pendência de cada item, bem como do local do processo em que se encontra a respectiva evidência, observada a proporcionalidade em relação à natureza, ao valor, à complexidade, à criticidade e ao risco da contratação.

Art. 96. A Controladoria-Geral do Município poderá expedir instruções normativas, notas técnicas, orientações complementares, recomendações, modelos de despacho saneador, roteiros de análise, checklists de instrução processual, manuais, fluxogramas e demais instrumentos necessários à execução desta Instrução Normativa e ao fortalecimento dos controles internos das contratações públicas.

Seção II - Dos Prazos e do Regime de Transição

Art. 97. No prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Instrução Normativa, a unidade responsável pelas compras e licitações deverá apresentar à Controladoria-Geral do Município plano de ação para implementação gradual das medidas previstas no art. 20, contendo, no mínimo, diagnóstico da base municipal de itens, prioridades de padronização, responsáveis, cronograma, etapas de execução, critérios de atualização, ações de saneamento de descrições inconsistentes e forma de acompanhamento pela Controladoria-Geral do Município.

Art. 98. Fica estabelecido regime de transição de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Instrução Normativa, para a adoção plena do sistema eletrônico oficial de tramitação dos processos de contratação pública,



prazo justificado pela necessidade de parametrização ou adequação do sistema, organização dos fluxos eletrônicos, capacitação dos agentes públicos, padronização dos modelos e checklists, definição dos níveis de acesso, preservação da rastreabilidade e adaptação gradual das unidades administrativas às novas rotinas de instrução processual.

§ 1º Durante o período de transição previsto no caput, será admitida, excepcionalmente, a tramitação física dos processos de contratação, desde que mantida cópia integral em meio digital, organizada em sequência cronológica, com identificação do processo, das unidades responsáveis, dos documentos juntados, dos despachos, manifestações, autorizações, pareceres, decisões e demais atos praticados.

§ 2º A cópia digital de que trata o § 1º deverá ser mantida atualizada e disponível para consulta pela Controladoria-Geral do Município e pelas demais instâncias de controle, de modo a assegurar, ainda que em caráter transitório, a rastreabilidade, a auditabilidade e o controle concomitante dos atos processuais.

§ 3º Encerrado o prazo de transição previsto neste artigo, a tramitação dos processos abrangidos por esta Instrução Normativa deverá ocorrer obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico oficial, ressalvadas apenas as hipóteses de indisponibilidade técnica temporária ou situação excepcional devidamente justificada, na forma desta Instrução Normativa.

Art. 99. A implantação, parametrização ou adequação do sistema eletrônico oficial deverá observar requisitos mínimos de rastreabilidade, controle de acesso, registro de movimentações, preservação documental, vinculação processual, geração de relatórios e disponibilização de informações necessárias ao controle interno, sem prejuízo do regime de transição previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. Enquanto não concluída eventual adequação técnica do sistema, as unidades administrativas deverão adotar controles eletrônicos complementares capazes de assegurar a rastreabilidade mínima dos atos, sem prejuízo da posterior juntada e regularização no processo eletrônico oficial.

Seção III - Dos Casos Omissos e da Vigência

Art. 100. Os casos omissos serão dirimidos pela Controladoria-Geral do Município, no âmbito de suas competências legais de orientação, coordenação e avaliação do Sistema de Controle Interno, em conjunto com a assessoria jurídica e os setores técnicos competentes, observadas a Lei Municipal nº 2.537/2023, a Lei nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 13.709/2018 e as demais normas aplicáveis.

Art. 101. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carandaí/MG, 08 de julho de 2026.

Controlador-Geral do Município

ANEXO I - MODELO DE ANÁLISE DE RISCOS

Este modelo deverá ser utilizado, preferencialmente, na fase preparatória das contratações públicas para identificar, analisar, avaliar, tratar, registrar e monitorar riscos que possam comprometer o planejamento da contratação, a seleção do fornecedor, a execução contratual, a economicidade, a competitividade, a integridade, a continuidade do serviço ou o atendimento do interesse público, observadas, como referência metodológica, as diretrizes da ABNT NBR ISO 31000:2018 e os requisitos previstos na Seção II do Capítulo XIII desta Instrução Normativa. A análise de riscos constitui documento técnico integrante da fase preparatória da contratação e não se confunde com o mapa de riscos, quando utilizado como instrumento de visualização, priorização, comunicação e monitoramento dos riscos, nem com a matriz de riscos contratual, quando exigida ou recomendável como cláusula de alocação de riscos entre a Administração e o contratado.

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	

1. Contexto e objetivos da contratação

Descrever a necessidade administrativa, os objetivos da contratação, os resultados esperados, os fatores críticos de sucesso, as unidades envolvidas e os principais aspectos do contexto interno e externo que possam influenciar a contratação.

2. Critérios para classificação dos riscos

Critério	Baixo	Médio	Alto
Probabilidade	Evento improvável ou com controles suficientes.	Evento possível, com controles parcialmente suficientes.	Evento provável ou com controles frágeis/inexistentes.
Impacto	Efeito limitado, sem prejuízo relevante à contratação.	Efeito moderado, com necessidade de	Efeito relevante, capaz de comprometer legalidade, economicidade,



		correção tratamento.	ou	competitividade, continuidade ou resultado da contratação.
--	--	-------------------------	----	---

3. Identificação, análise e tratamento dos riscos

Item	Evento de risco	Causa provável	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de risco
1						
2						
3						

4. Medidas de tratamento e monitoramento

Item	Medida de tratamento	Tipo de tratamento	Responsável	Prazo/momento	Evidência de implementação
1		Evitar / Reduzir / Compartilhar / Transferir / Aceitar / Monitorar			
2		Evitar / Reduzir / Compartilhar / Transferir / Aceitar / Monitorar			
3		Evitar / Reduzir / Compartilhar / Transferir / Aceitar / Monitorar			

5. Risco residual

Item	Nível de risco inicial	Controles/medidas previstas	Nível de risco residual	Risco residual aceitável?	Providência adicional
1				Sim / Não	
2				Sim / Não	



3				Sim / Não	
---	--	--	--	-----------	--

6. Conclusão técnica

Com base na identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, conclui-se que os riscos residuais são:

() aceitáveis;

() aceitáveis mediante providências adicionais;

() incompatíveis com o prosseguimento da contratação no estágio atual.

[Indicar, de forma motivada, a conclusão quanto à viabilidade de prosseguimento, à necessidade de saneamento, à revisão da solução, à adoção de controles adicionais ou à remessa à Controladoria-Geral do Município].

7. Assinaturas

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			

ANEXO II - MODELO DE MAPA DE RISCOS

1. Identificação da contratação

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto	



Valor estimado	
----------------	--

2. Critérios de classificação

Critério	Classificação mínima	Orientação de uso
Probabilidade	Baixa, média ou alta	Indicar a chance de ocorrência do evento de risco, com base em dados, histórico, controles existentes e julgamento técnico.
Impacto	Baixo, médio ou alto	Indicar os efeitos potenciais sobre legalidade, economicidade, continuidade, competitividade, integridade, execução contratual ou interesse público.
Nível de risco	Baixo, médio, alto ou crítico	Definir o nível de exposição resultante da combinação entre probabilidade e impacto, para fins de priorização do tratamento.

3. Mapa de riscos

Risco nº 1			
Evento de risco			
Causa provável			
Consequência			
Probabilidade		Impacto	
Nível de risco		Risco residual	
Controles existentes			
Medida de tratamento			



Responsável pelo tratamento		Prazo	
Monitoramento			

Risco nº 2			
Evento de risco			
Causa provável			
Consequência			
Probabilidade		Impacto	
Nível de risco		Risco residual	
Controles existentes			
Medida de tratamento			
Responsável pelo tratamento		Prazo	
Monitoramento			

Risco nº 3	
Evento de risco	
Causa provável	
Consequência	



Probabilidade		Impacto	
Nível de risco		Risco residual	
Controles existentes			
Medida de tratamento			
Responsável pelo tratamento		Prazo	
Monitoramento			

4. Diretrizes de preenchimento

O mapa de riscos deverá ser preenchido de forma proporcional à natureza, ao valor, à complexidade, à criticidade e ao grau de exposição da contratação. Riscos baixos poderão ser aceitos ou monitorados; riscos médios deverão receber tratamento proporcional; riscos altos deverão ser objeto de plano de ação ou reavaliação; e riscos críticos deverão ser comunicados à autoridade competente e à Controladoria-Geral do Município antes do prosseguimento do processo, salvo situação excepcional devidamente justificada.

5. Validação do preenchimento

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			



ANEXO III - MODELO DE MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAL

Este modelo deverá ser utilizado, quando exigida ou recomendável a matriz de riscos contratual, para definir a alocação de riscos entre a Administração e o contratado, nos termos da Seção IV do Capítulo XIII desta Instrução Normativa, do edital, do contrato ou instrumento equivalente.

1. Identificação da contratação

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto	
Modalidade ou procedimento	
Valor estimado	
Instrumento em que será prevista a matriz	Edital / Contrato / Instrumento equivalente
Responsável pela elaboração	
Data da elaboração ou revisão	

2. Diretrizes de alocação dos riscos

A alocação dos riscos deverá considerar a natureza do risco, as obrigações atribuídas a cada parte, o beneficiário das prestações a que o risco se vincula, a capacidade de prevenção, controle, mitigação ou precificação do risco e os efeitos sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3. Matriz de riscos contratual

Risco contratual nº 1	
Risco contratual previsto ou presumível	
Evento superveniente associado	
Causas e consequências	



Impactos financeiros, operacionais, jurídicos ou técnicos			
Alocação do risco	() Administração; () Contratado; () Compartilhado.		
Justificativa da alocação			
Estimativa de impacto financeiro, quando possível			
Medidas preventivas, mitigadoras ou de contingência			
Tratamento contratual em caso de materialização			
Documentos, evidências e comunicações necessários			
Responsável pelo monitoramento		Prazo de comunicação	

Risco contratual nº 2	
Risco contratual previsto ou presumível	
Evento superveniente associado	
Causas e consequências	



Impactos financeiros, operacionais, jurídicos ou técnicos			
Alocação do risco	Administração	Contratado	Compartilhado
Justificativa da alocação			
Estimativa de impacto financeiro, quando possível			
Medidas preventivas, mitigadoras ou de contingência			
Tratamento contratual em caso de materialização			
Documentos, evidências e comunicações necessários			
Responsável pelo monitoramento		Prazo de comunicação	

4. Validação da matriz de riscos contratual

Registro e assinatura			
Local		Data	
Responsável pela elaboração		Cargo/Função	
Unidade		Matrícula	



Assinatura:

ANEXO IV - CHECKLIST DA FASE PREPARATÓRIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Houve abertura de processo administrativo único, autuado em sequência lógica e cronológica?		
Foi adotada a forma eletrônica para tramitação do processo ou, excepcionalmente, houve justificativa para tramitação física com cópia digital?		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelas funções essenciais da contratação?		
Foi certificado o atendimento ao princípio da segregação de funções?		
Consta Documento de Formalização da Demanda, com identificação da necessidade administrativa e justificativa da contratação?		
Foi verificada a compatibilidade da demanda com o Plano de Contratações Anual, quando aplicável, ou justificada sua ausência?		



Foi verificada a compatibilidade da contratação com o planejamento orçamentário e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?		
Há Estudo Técnico Preliminar ou justificativa formal de sua dispensa, quando juridicamente admissível?		
O Estudo Técnico Preliminar contempla, no mínimo, descrição da necessidade, estimativas de quantidades, estimativa de valor, manifestação sobre parcelamento e conclusão sobre a viabilidade da contratação?		
Há análise de riscos proporcional à natureza, valor, complexidade e criticidade da contratação?		
Foram justificadas eventuais ausências de elementos não obrigatórios do Estudo Técnico Preliminar?		
Houve manifestação sobre critérios de sustentabilidade aplicáveis ou justificativa para sua não adoção?		
Há Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente?		
Foi utilizado modelo padronizado de Termo de Referência, edital, contrato ou instrumento equivalente, ou justificada sua não utilização?		
Eventuais alterações em modelos padronizados foram destacadas e justificadas no processo?		
O Termo de Referência contém definição do objeto, fundamentação, descrição da solução, requisitos, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativa de valor e adequação orçamentária, quando aplicável?		
Exigências de qualificação técnica ou econômico-financeira foram justificadas e são objetivas, proporcionais e compatíveis com o objeto?		
Foi avaliada a necessidade de classificação de sigilo ou restrição de acesso dos documentos, observada a publicidade como regra?		
Os autos estão instruídos com minuta de edital, aviso de contratação direta, contrato ou instrumento equivalente, quando aplicável?		
Foi justificada eventual vedação à participação de cooperativas ou consórcios?		



VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Consta orçamento estimado com composição detalhada dos preços utilizados para sua formação?		
O valor estimado está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando bancos de dados públicos, quantidades, economia de escala e peculiaridades locais?		
A pesquisa de preços utilizou, quando possível, sistemas oficiais, contratações similares da Administração Pública, bases públicas, atas de registro de preços ou outras fontes idôneas?		
Foram priorizadas fontes oficiais e contratações públicas similares, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?		
A pesquisa de preços contém descrição do objeto, identificação dos responsáveis, fontes consultadas, série de preços, método de cálculo, justificativas metodológicas, memória de cálculo e documentos de suporte?		
Foram desconsiderados, com justificativa, valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?		
Quando utilizada pesquisa direta com fornecedores, houve consulta a número adequado de fornecedores ou justificativa para quantidade inferior?		
Os orçamentos obtidos por pesquisa direta contêm descrição do objeto, valores unitário e total, identificação do proponente, contatos, data de emissão e responsável?		
A consulta a fornecedores considerou condições comerciais relevantes, como prazos, local de entrega ou execução, quantidade, forma de pagamento, frete, garantias, marca ou modelo, quando cabíveis?		
Consta relação dos fornecedores consultados que não apresentaram resposta, quando aplicável?		



Foi motivado o momento de divulgação do orçamento estimado, quando cabível?		
Tratando-se de contratação que gere aumento de despesa ou ação governamental nova, constam estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária e financeira?		
Há indicação de dotação orçamentária ou manifestação da unidade competente sobre disponibilidade orçamentária?		

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Se o objeto for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?		
Foi avaliado se as condições de aquisição e pagamento observam práticas compatíveis com o setor privado, ou houve justificativa para solução diversa?		
Há justificativa para utilização ou não utilização do Sistema de Registro de Preços?		
Os quantitativos foram definidos com base em estimativa de consumo ou utilização provável, acompanhada de técnica adequada e memória de cálculo?		
Há manifestação sobre o atendimento ao princípio da padronização?		
Há manifestação sobre o parcelamento ou não parcelamento do objeto?		
Foi verificada a compatibilidade da despesa estimada com as leis orçamentárias?		
Consta informação sobre uso de CATMAT, catálogo eletrônico de padronização ou justificativa para sua não utilização?		
Havendo indicação de marca, modelo, fabricante, tecnologia ou padrão específico, consta justificativa técnica adequada?		



Havendo vedação de marca ou produto, consta processo ou justificativa demonstrando que não atende às necessidades da Administração?		
Foi avaliado se a aquisição é mais vantajosa que alternativas como locação, compartilhamento, reaproveitamento ou outra solução disponível?		

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Houve manifestação quanto ao atendimento ao princípio da padronização?		
Houve manifestação quanto ao parcelamento ou não parcelamento do objeto?		
Consta informação sobre uso de CATSER, catálogo eletrônico de padronização ou justificativa para sua não utilização?		
Foi certificado que os serviços se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências do órgão ou entidade?		
Tratando-se de manutenção ou assistência técnica, o Termo de Referência definiu o local de realização dos serviços?		
Se houver previsão de valores mínimos de salário, foi certificado que não há fixação inferior à prevista em lei, norma coletiva ou ato normativo aplicável?		
Foi observada a vedação de pagamento mediante exclusivo reembolso de salários?		
Foram evitadas exigências que configurem intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?		
Consta vedação à contratação, pelo contratado, de cônjuge, companheiro ou parente de dirigente do órgão ou de agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, quando aplicável?		



Caso se pretenda contratar mais de uma empresa para execução do objeto, foi demonstrado que não haverá perda de economia de escala, que a execução simultânea é possível e conveniente e que haverá controle individualizado?		
---	--	--

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			

ANEXO V - CHECKLIST PARA SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Este checklist deverá ser utilizado na fase preparatória das contratações de serviços comuns com dedicação exclusiva de mão de obra, exceto serviços de engenharia e TIC, como instrumento de transparência, controle, padronização e conferência da instrução mínima do processo antes da remessa à assessoria jurídica, à Controladoria-Geral do Município ou à autoridade competente.

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	



Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
O procedimento foi iniciado em processo administrativo eletrônico devidamente registrado no sistema oficial?		
Consta Documento de Formalização da Demanda, com justificativa da necessidade e vinculação ao planejamento da Administração?		
Foi juntada ou indicada a designação da equipe de planejamento da contratação?		
Consta Estudo Técnico Preliminar, elaborado em sistema ou modelo próprio, com os elementos obrigatórios da Lei nº 14.133/2021?		
Houve justificativa para eventual ausência de elementos facultativos do Estudo Técnico Preliminar?		
Foi realizado gerenciamento de riscos, documentado em análise ou mapa de riscos, distinguindo-se da matriz contratual de alocação de riscos?		
Consta declaração ou manifestação da unidade competente sobre disponibilidade orçamentária para o exercício financeiro?		
Se a vigência ultrapassar um exercício financeiro, foi verificada a compatibilidade com o Plano Plurianual?		
Se houver criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com aumento de despesa, constam estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária e financeira?		
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância das regras de autorização aplicáveis?		
Foi anexado Termo de Referência adequado ao objeto, preferencialmente elaborado em modelo ou sistema padronizado?		



O Termo de Referência está alinhado aos instrumentos de planejamento, sustentabilidade e governança aplicáveis?		
Houve manifestação quanto aos critérios de sustentabilidade aplicáveis ou justificativa para sua não adoção?		
Houve manifestação quanto à padronização e ao parcelamento do objeto?		
O mapa de riscos foi atualizado após a elaboração do Termo de Referência, quando cabível?		
Exigências de qualificação técnica ou econômico-financeira foram justificadas, específicas, objetivas e proporcionais ao objeto?		
Foi avaliado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando aplicável?		
Eventual vedação à participação de cooperativas ou consórcios foi devidamente justificada?		
Foi certificada a utilização de modelos padronizados de edital, contrato, termo de referência ou instrumento equivalente, ou justificada sua não utilização?		
Foi certificado que a contratação está alinhada ao planejamento estratégico, ao planejamento conjunto de contratações e ao sistema de governança municipal?		

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Consta orçamento estimado com composição detalhada dos custos global e unitários da contratação?		
Consta manifestação formal do setor competente com análise crítica da pesquisa de preços e justificativa da metodologia de obtenção dos custos?		
O valor estimado é compatível com os valores praticados no mercado, considerando bancos de dados públicos, quantidades, economia de escala e peculiaridades locais?		



Quando utilizados sistemas oficiais de preços, foi verificado que o valor estimado não supera parâmetro estatístico adequado, como mediana ou outro critério justificado?		
A pesquisa de preços contém descrição do objeto, identificação dos responsáveis, fontes consultadas, série de preços, método estatístico, memória de cálculo e documentos de suporte?		
Foram justificadas a metodologia utilizada e a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados?		
Foram priorizados sistemas oficiais de governo, contratações públicas similares e demais fontes idôneas, ou justificada a impossibilidade de sua utilização?		
Contratações públicas utilizadas como parâmetro foram recentes ou houve justificativa para utilização de referência mais antiga?		
Na pesquisa direta com fornecedores, houve consulta a número adequado de fornecedores ou justificativa para número inferior?		
Os orçamentos diretos foram emitidos em prazo compatível com a divulgação do edital ou há previsão de atualização?		
O prazo concedido aos fornecedores para resposta foi compatível com a complexidade do objeto?		
Os orçamentos diretos contêm descrição do objeto, valores unitário e total, identificação do proponente, contatos, data de emissão e responsável?		
A consulta a fornecedores contemplou condições comerciais relevantes, como prazos, local de execução, quantidade, forma de pagamento, garantias, insumos e demais particularidades?		
Consta relação dos fornecedores consultados que não apresentaram resposta, quando aplicável?		
Consta motivação sobre o momento da divulgação do orçamento estimado da licitação?		



VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
A planilha de custos e formação de preços integra o edital ou instrumento convocatório?		
Foi avaliada a exigência de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, quando aplicável?		
Foi certificado que os serviços são atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências do órgão ou entidade?		
Tratando-se de manutenção ou assistência técnica, o edital ou termo de referência definiu o local de realização dos serviços?		
Se previstos valores mínimos de salário, foi certificado que não há fixação inferior ao definido em lei, norma coletiva ou ato normativo aplicável?		
Foi observada a vedação de forma de pagamento mediante exclusivo reembolso de salários?		
Foram evitadas exigências que configurem intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?		
Consta cláusula vedando ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente de dirigente do órgão ou de agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual?		
Caso se pretenda contratar mais de uma empresa para o mesmo objeto, foi demonstrada ausência de perda de economia de escala, conveniência da execução simultânea e possibilidade de controle individualizado?		
O edital exige comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e do FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução?		
Constam cláusulas destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas?		
Foi exigida garantia contratual com cobertura suficiente para obrigações trabalhistas, quando aplicável?		



Foi adotada medida de tratamento de risco, como conta vinculada, pagamento pelo fato gerador ou mecanismo equivalente?		
Se o critério de medição e pagamento se basear em resultados, foi especificada a unidade de medida?		
Se o critério de medição e pagamento se basear em horas ou postos de serviço, houve justificativa para essa excepcionalidade?		
Foram previstas exigências econômico-financeiras proporcionais, como balanço patrimonial, índices de liquidez, capital de giro, patrimônio líquido, relação de compromissos assumidos e certidão de falência, quando cabíveis?		
Foi observada a vedação de fixar quantitativo de mão de obra sem justificativa técnica adequada?		
Foi observada a vedação de fixar benefícios ou seus valores, salvo cumprimento de norma coletiva aplicável?		
Foi evitada exigência de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto sem justificativa técnica de vantagem para a Administração?		
Foi evitada exigência de documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa?		
Foi evitada exigência indevida de filiação sindical ou associação de classe como condição de participação, salvo hipótese legal?		
Foi evitada exigência de quitação de anuidade junto a entidade de classe como condição de participação?		
Foi evitada exigência de certidão negativa de protesto como documento de habilitação?		
Foi evitada previsão de ressarcimento de hospedagem e transporte não previstos nem orçados no contrato?		
Foi evitada fixação de quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis futuros e imprevisíveis sem justificativa técnica?		



Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			

ANEXO VI - CHECKLIST PARA CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC

Este checklist deverá ser utilizado na fase preparatória das contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, inclusive aquisições, serviços, licenciamento, desenvolvimento, sustentação, infraestrutura, nuvem, segurança da informação, soluções digitais e contratações diretas, como instrumento de transparência, padronização, controle e conferência mínima da instrução processual.

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	



VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE TIC	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Houve abertura de processo administrativo eletrônico, autuado em sequência lógica e cronológica?		
Foi adotada a forma eletrônica para a instrução, tramitação, assinatura e arquivamento do processo?		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelas funções essenciais da contratação?		
Foi certificado o atendimento ao princípio da segregação de funções?		
Foi verificado se o valor estimado atrela a aplicação das normas específicas de contratação de soluções de TIC?		
Quando exigida aprovação de órgão central ou instância técnica competente, a autorização foi obtida e juntada aos autos?		
Foi certificado que o objeto não se enquadra em hipóteses vedadas para contratação de TIC, inclusive contratação de mais de uma solução incompatível em um único contrato ou conflito entre fornecedor da solução e avaliador/fiscalizador?		
Foram observadas as vedações aplicáveis à elaboração do edital e de seus anexos, especialmente quanto à subordinação de empregados, indicação nominal de pessoas, intervenção indevida na gestão da contratada, métricas inadequadas, postos de trabalho injustificados e autodeclarações de exclusividade?		
A contratação está alinhada ao planejamento de TIC, ao planejamento estratégico institucional e aos instrumentos de governança digital aplicáveis?		
Quando a solução envolver oferta digital de serviços públicos, foi verificada a integração com plataformas oficiais ou diretrizes de governo digital aplicáveis?		
A contratação consta do Plano de Contratações Anual ou há justificativa para sua ausência ou dispensa de registro?		



Foram observados guias, manuais, modelos e orientações técnicas aplicáveis às contratações de TIC?		
Quando houver catálogo de soluções de TIC com condições padronizadas, seus elementos foram observados na descrição, especificação, preço máximo, níveis de serviço e demais documentos de planejamento?		
Os artefatos de planejamento foram elaborados em meio digital e juntados ao processo eletrônico?		

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE TIC	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Consta Documento de Formalização da Demanda elaborado pela área requisitante, com justificativa da necessidade, descrição sucinta do objeto, quantidade estimada, estimativa preliminar de valor, prioridade, data pretendida e responsável pela demanda?		
A área de TIC avaliou o alinhamento da contratação ao planejamento de TIC e indicou integrante técnico para a equipe de planejamento?		
A autoridade competente indicou integrante administrativo e decidiu motivadamente pelo prosseguimento da contratação?		
Foi publicado ou formalizado o ato de instituição da equipe de planejamento da contratação?		
Os integrantes da equipe de planejamento tiveram ciência expressa de suas indicações e atribuições?		
Havendo acumulação de papéis na equipe de planejamento, consta justificativa de excepcionalidade?		
Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar específico para a solução de TIC?		
O ETP contempla descrição da necessidade, estimativa de quantitativos, estimativa de valor, justificativa do parcelamento ou não, análise de alternativas e conclusão sobre a viabilidade da contratação?		



O ETP avaliou necessidades de negócio e tecnológicas, requisitos da solução, alternativas de mercado, soluções existentes, padrões de interoperabilidade, acessibilidade, segurança, privacidade, custos totais de propriedade e benefícios esperados?		
O ETP foi aprovado e assinado pelos integrantes responsáveis e pela autoridade competente da área de TIC, quando aplicável?		
Foi consultado guia ou orientação aplicável sobre contratações sustentáveis e requisitos socioambientais?		
Foi utilizado modelo padronizado de Termo de Referência de TIC ou justificada sua não utilização?		
O Termo de Referência contém requisitos de segurança da informação e privacidade, quando aplicáveis?		
O Termo de Referência contém definição do objeto, códigos de catálogo aplicáveis, descrição da solução, justificativa, requisitos, responsabilidades, modelo de execução, modelo de gestão, estimativa de preços, adequação orçamentária, regime de execução, critérios de seleção e índice de reajuste?		
A definição do objeto é precisa, suficiente e clara, sem especificações excessivas, irrelevantes ou restritivas?		
O objeto contempla quantitativos, composição da solução e códigos de catálogo aplicáveis?		
A justificativa da contratação demonstra alinhamento aos instrumentos de planejamento, relação entre necessidade e objeto, forma de cálculo dos quantitativos, resultados esperados e benefícios?		
Havendo indicação de marca, modelo, plataforma, fabricante ou tecnologia, consta estudo técnico justificando a excepcionalidade?		
Quando aplicável, foram observadas normas específicas para software, autenticação, desenvolvimento, sustentação, nuvem, segurança, portais, ativos de TIC ou empresas públicas de TIC?		
Foram definidos critérios para amostra de objeto, prova de conceito ou demonstração técnica, quando cabíveis?		
Há justificativa para o parcelamento ou não da solução de TIC?		



Foram avaliadas a possibilidade de consórcio e subcontratação, com justificativa?		
Os requisitos de negócio, tecnológicos, legais, segurança, privacidade, capacitação, manutenção, implantação e metodologia de trabalho foram especificados de forma coerente?		
As responsabilidades da contratante, contratada e órgão gerenciador, quando aplicável, foram definidas?		
Foi elaborado modelo de execução e gestão do contrato, com níveis de serviço, critérios de recebimento, forma de pagamento, sanções, glosas e retenções?		
A forma de pagamento está vinculada a resultados, entregas, produtos, níveis de serviço ou critérios objetivos de desempenho, salvo justificativa para solução diversa?		
Em contratação de serviços de TIC, foram previstos Termo de Compromisso e Termo de Ciência, quando aplicáveis?		
Foi elaborado mapa de gerenciamento de riscos da contratação de TIC, assinado pelos responsáveis e compatível com a análise de riscos?		

PESQUISA DE PREÇOS E QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS EM TIC	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
A estimativa de preços foi elaborada com apoio técnico adequado, contendo composição detalhada dos custos globais e unitários?		
O valor estimado está compatível com preços de mercado, bancos de dados públicos, quantidades, economia de escala e peculiaridades do local de execução?		
Foram utilizados, sempre que possível, sistemas oficiais, contratações públicas similares, painéis de preços, bancos públicos ou outras fontes idôneas?		



A pesquisa contém descrição do objeto, responsáveis, fontes consultadas, série de preços, método estatístico, justificativa metodológica, memória de cálculo e documentos de suporte?		
Foram justificadas a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados?		
Quando a estimativa se basear exclusivamente em propostas de fornecedores, foi justificada a impossibilidade de obtenção de preços públicos ou de contratações similares?		
Quando a estimativa decorrer de propostas de fornecedores, foram considerados, quando possível, valores praticados diretamente por fabricantes ou desenvolvedores?		
Na pesquisa direta, houve consulta a número adequado de fornecedores, com prazo compatível com a complexidade da solução?		
Os orçamentos diretos contêm descrição, valores, identificação do proponente, contatos, data e responsável?		
A consulta a fornecedores contemplou condições comerciais relevantes, como prazos, local de execução, quantidade, forma de pagamento, garantia, suporte, licenciamento, manutenção, migração, treinamento e níveis de serviço?		
Consta relação dos fornecedores consultados que não apresentaram resposta, quando aplicável?		
Quando houver item de catálogo de TIC com preço máximo, foi utilizado o menor valor entre o preço máximo aplicável e o valor obtido na pesquisa de preços?		
Consta motivação sobre o momento de divulgação do orçamento estimado?		
Há indicação do recurso orçamentário próprio, rubrica ou manifestação de disponibilidade orçamentária, quando exigível?		
Se houver aumento de despesa, constam estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária e financeira?		



AQUISIÇÕES DE TIC	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Se o objeto for bem de consumo de TIC, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?		
A aquisição e o pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou há justificativa para solução diversa?		
Há justificativa para utilização ou não utilização do Sistema de Registro de Preços?		
Os quantitativos foram definidos com base em estimativa de consumo, demanda ou utilização provável, com memória de cálculo?		
Há manifestação sobre padronização da solução, compatibilidade com ambiente tecnológico existente e interoperabilidade?		
Há manifestação sobre parcelamento ou não parcelamento da solução de TIC?		
Foi verificada a compatibilidade da despesa estimada com as leis orçamentárias?		
Consta informação sobre uso de CATMAT, catálogo eletrônico de padronização, catálogo de soluções de TIC ou justificativa para sua não utilização?		
Havendo indicação de marca, modelo, plataforma, fabricante, padrão proprietário ou tecnologia específica, consta justificativa técnica adequada?		
Havendo vedação de marca, produto, solução ou tecnologia, consta justificativa ou processo demonstrando inadequação às necessidades da Administração?		
Foi avaliado se a aquisição é mais vantajosa que alternativas como contratação como serviço, locação, compartilhamento, reaproveitamento, expansão ou substituição de solução existente?		



SERVIÇOS DE TIC	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Houve manifestação quanto ao atendimento ao princípio da padronização?		
Houve manifestação quanto ao parcelamento ou não parcelamento do objeto?		
Consta informação sobre uso de CATSER, catálogo eletrônico de padronização, catálogo de soluções de TIC ou justificativa para sua não utilização?		
Foi certificado que os serviços se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências do órgão ou entidade?		
Tratando-se de manutenção, sustentação, suporte ou assistência técnica, o edital ou termo de referência definiu o local e as condições de execução?		
Se previstos valores mínimos de salário, foi certificado que não há fixação inferior ao definido em lei, norma coletiva ou ato normativo aplicável?		
Foi observada a vedação de pagamento mediante exclusivo reembolso de salários?		
Foram evitadas exigências que configurem intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?		
Consta cláusula vedando ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente de dirigente do órgão ou de agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, quando aplicável?		
Caso se pretenda contratar mais de uma empresa para execução do objeto, foi demonstrada ausência de perda de economia de escala, possibilidade e conveniência de execução simultânea e controle individualizado?		
A forma de pagamento está vinculada a resultados, entregas, produtos, níveis de serviço ou critérios objetivos de desempenho?		
Foram previstas obrigações de segurança da informação, privacidade, confidencialidade, continuidade, backup, acesso lógico e tratamento de dados?		



CONTRATAÇÃO DE TIC POR INEXIGIBILIDADE	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Consta manifestação técnica demonstrando a inviabilidade de competição?		
Há justificativa do preço compatível com a natureza da contratação e documentos de suporte?		
Tratando-se de fornecedor exclusivo, consta documento idôneo capaz de comprovar a exclusividade?		
Tratando-se de fornecedor exclusivo, foi observada a vedação de preferência indevida por marca específica?		
Tratando-se de serviço técnico especializado, consta justificativa da natureza singular ou da notória especialização, quando aplicável, e vedação à substituição dos profissionais ou empresas que justificaram a inexigibilidade?		
Tratando-se de contratação de empresa pública de TIC, foram solicitados demonstrativos de formação de preços, com detalhamento dos recursos produtivos, quantidades e custos?		
Foi analisado se a contratação por inexigibilidade não encobre ausência de planejamento, direcionamento indevido ou restrição artificial de competição?		

CONTRATAÇÃO DE TIC POR DISPENSA	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação em hipótese legal de dispensa?		
Consta justificativa de preço baseada em pesquisa adequada ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente à seleção da proposta mais vantajosa, quando admitido?		



Quando não for possível estimar o valor na forma ordinária, o contratado comprovou por meio idôneo que os preços são compatíveis com contratações semelhantes?		
Tratando-se de dispensa em razão do valor, foi demonstrado respeito aos limites legais, considerado o somatório de objetos da mesma natureza no exercício financeiro?		
Tratando-se de dispensa em razão do valor, houve divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo aplicável, quando exigível, para busca da proposta mais vantajosa?		
Foi verificada a forma de pagamento aplicável e a divulgação dos atos obrigatórios no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando exigível?		
Em caso de não adoção de procedimento eletrônico ou forma preferencial de pagamento, consta justificativa formal?		
Tratando-se de contratação de empresa pública de TIC, foram solicitados demonstrativos de formação de preços com detalhamento dos insumos, quantidades e custos?		
Foi verificado que a dispensa não decorre de fracionamento indevido, falta de planejamento, emergência evitável ou repetição injustificada de contratações semelhantes?		

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	



Assinatura:

ANEXO VII - CHECKLIST PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Este checklist deverá ser utilizado na fase preparatória das contratações de obras e serviços de engenharia, como instrumento de transparência, eficiência, controle e conferência da instrução mínima do processo antes da remessa à assessoria jurídica, à Controladoria-Geral do Município ou à autoridade competente.

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	

ASPECTOS GERAIS PERTINENTES A OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
O procedimento foi iniciado com abertura de processo administrativo eletrônico, devidamente registrado no sistema oficial?		
Consta Documento de Formalização da Demanda, com justificativa da necessidade e indicação do interesse público envolvido?		
Foi juntada ou indicada a portaria de designação da equipe de planejamento da contratação?		
Consta Estudo Técnico Preliminar, elaborado em sistema ou modelo próprio, com os elementos obrigatórios da Lei nº 14.133/2021?		



Houve justificativa para eventual ausência de elementos facultativos do Estudo Técnico Preliminar?		
Foi realizado gerenciamento de riscos, documentado em análise ou mapa de riscos, distinguindo-se da matriz contratual de alocação de riscos?		
Em serviços de engenharia com dedicação exclusiva de mão de obra, o mapa de riscos contempla risco de descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e de FGTS?		
Consta declaração ou manifestação da unidade competente sobre disponibilidade orçamentária para o exercício financeiro?		
Se a vigência ultrapassar um exercício financeiro, foi verificada a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual?		
Se houver criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com aumento de despesa, constam estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária e financeira?		
Foi juntada comprovação de titularidade, posse, domínio, autorização de uso ou outro documento idôneo relativo ao imóvel objeto da obra ou serviço de engenharia?		
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância das regras de autorização aplicáveis?		
Foram obtidas ou indicadas as aprovações, licenças, alvarás, autorizações ou manifestações de órgãos competentes, inclusive ambientais, urbanísticas, Corpo de Bombeiros, concessionárias ou órgãos de patrimônio, quando aplicáveis?		
Foi juntado Termo de Justificativas Técnicas Relevantes ou documento equivalente, quando aplicável?		
Foi elaborado Termo de Referência, Projeto Básico, Anteprojeto ou documento técnico equivalente, conforme o regime de contratação?		
Eventuais alterações ou não utilização de modelos padronizados foram destacadas e justificadas no processo?		



O documento técnico está alinhado aos instrumentos de planejamento, sustentabilidade e governança aplicáveis?		
Houve manifestação quanto aos critérios de sustentabilidade ou justificativa para sua não adoção?		
O mapa de riscos foi atualizado após a elaboração do Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente?		
Os documentos técnicos, inclusive planilhas orçamentárias, foram elaborados por profissional habilitado da área de engenharia, arquitetura ou técnica competente?		
Foram juntadas ART, RRT, TRT ou documento de responsabilidade técnica equivalente relativo aos elementos técnicos e planilhas orçamentárias?		
Foi juntada portaria de designação do pregoeiro, agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação ou substitutos, conforme a modalidade adotada?		
Foi avaliado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando aplicável?		
Foi certificada a utilização de modelos padronizados de edital, contrato, termo de referência, projeto básico ou instrumento equivalente, ou justificada sua não utilização?		

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Há justificativa técnica e administrativa para a utilização do Sistema de Registro de Preços?		
Foi avaliada a compatibilidade do objeto de engenharia com a adoção de ata de registro de preços, considerando padronização, demanda futura, repetitividade, viabilidade de estimativa e forma de execução?		
Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços, quando aplicável?		



Foi anexada aos autos a minuta da ata de registro de preços?		
Foi utilizado modelo padronizado de ata de registro de preços ou justificada sua não utilização?		
Eventuais alterações no modelo padronizado de ata foram destacadas e justificadas no processo?		
Foram definidos os órgãos participantes, quantitativos estimados, condições de adesão, limites de utilização e responsabilidades pela gestão da ata?		
Foi avaliado o risco de adesões incompatíveis com o objeto, com o projeto ou com as condições locais de execução?		

ORÇAMENTO ESTIMATIVO DE REFERÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Consta manifestação formal do setor competente contendo análise e justificativa da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência?		
Foram observados os parâmetros legais aplicáveis à formação do orçamento estimado, inclusive sistemas referenciais oficiais e bases reconhecidas para obras e serviços de engenharia?		
Caso não tenha sido observada a ordem de parâmetros aplicável, houve justificativa técnica da inviabilidade de utilização dos parâmetros preferenciais?		
Foram juntados orçamentos sintéticos por edificação, instalação física, etapa, parcela ou trecho da obra, quando aplicável?		
Foi juntada planilha orçamentária de consolidação quando o empreendimento for composto por várias etapas, parcelas, edificações, instalações ou trechos?		
Foi juntado orçamento resumido com subtotais ou totais por etapa, parcela, edificação, instalação física ou trecho, quando aplicável?		



Foi juntado orçamento analítico com composições de custo unitário de todos os serviços e composições auxiliares relevantes?		
Foi juntada curva ABC de serviços da planilha orçamentária de consolidação?		
Foi juntada curva ABC de insumos da planilha orçamentária de consolidação?		
Foi juntado demonstrativo analítico dos encargos sociais utilizados para mão de obra horista e mensalista?		
Foi juntado demonstrativo analítico das taxas de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI utilizadas?		
Houve análise da vantajosidade da adoção ou não do regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, quando aplicável?		
Em serviço de engenharia com dedicação exclusiva de mão de obra, consta planilha de custos e formação de preços?		
Caso o orçamento estimado seja sigiloso, foi juntada justificativa formal e indicado o fundamento jurídico?		
As planilhas orçamentárias foram assinadas por profissional habilitado e acompanhadas de ART, RRT, TRT ou documento equivalente?		

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	



Assinatura:

ANEXO VIII - CHECKLIST PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS

Este checklist deverá ser utilizado na fase preparatória das contratações diretas, por inexigibilidade ou dispensa de licitação, como instrumento de transparência, eficiência, controle e conferência da instrução mínima do processo antes da remessa à assessoria jurídica, à Controladoria-Geral do Município ou à autoridade competente.

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Houve abertura de processo administrativo único, autuado em sequência lógica e cronológica?		
Foi adotada a forma eletrônica para tramitação do processo ou houve justificativa formal para tramitação física no regime de transição?		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelas funções essenciais da contratação?		
Consta Documento de Formalização da Demanda?		



Foi verificada a compatibilidade da demanda com o Plano de Contratações Anual ou justificada sua ausência ou dispensa de registro?		
Foi verificada a compatibilidade da contratação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais instrumentos orçamentários?		
Há Estudo Técnico Preliminar ou justificativa formal para sua ausência, quando juridicamente admissível?		
O ETP contempla, no mínimo, descrição da necessidade, estimativa de quantitativos, estimativa de valor, manifestação sobre parcelamento e conclusão sobre viabilidade da contratação?		
Há análise de riscos ou justificativa formal para sua ausência, quando admissível?		
Foram justificadas as ausências de itens não obrigatórios do ETP?		
Houve manifestação sobre critérios de sustentabilidade aplicáveis ou justificativa para sua não adoção?		
Há Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente?		
Foi utilizado modelo padronizado de Termo de Referência, contrato ou instrumento equivalente, ou justificada sua não utilização?		
Eventuais alterações em modelos padronizados foram destacadas e justificadas no processo?		
Foi demonstrada compatibilidade entre a previsão de recursos orçamentários e a despesa estimada?		
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância das regras de autorização aplicáveis?		
Se houver criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com aumento de despesa, constam estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária e financeira?		
Consta comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários?		



Foram realizadas consultas a cadastros de impedimentos, sanções, inidoneidade, débitos trabalhistas, regularidade fiscal e demais registros pertinentes?		
Foi juntada consulta ao CADIN ou registro equivalente, quando aplicável?		
Houve autorização da autoridade competente para a contratação direta?		
Em caso de registro de preços, foi verificado se a contratação abrange mais de um órgão ou entidade ou se há justificativa para a solução adotada?		

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			

ANEXO IX - CHECKLIST PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este checklist deverá ser utilizado nos processos de adesão à ata de registro de preços, como instrumento de transparência, padronização, controle e conferência da instrução mínima, especialmente quanto à justificativa da vantagem da adesão, compatibilidade dos preços registrados com o mercado, aceite do fornecedor, autorização do órgão gerenciador, observância dos limites legais, formalização da contratação e consultas cadastrais pertinentes.



Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	
Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
Responsáveis pela elaboração	
Data da análise	

ASPECTOS GERAIS E REQUISITOS PARA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Houve abertura de processo administrativo próprio, autuado em sequência lógica e cronológica?		
Foi adotada a forma eletrônica para tramitação do processo ou houve justificativa formal para tramitação física no regime de transição?		
Consta Documento de Formalização da Demanda, com identificação da necessidade administrativa e justificativa da adesão?		
Foi verificada a compatibilidade da demanda com o Plano de Contratações Anual ou justificada sua ausência ou dispensa de registro?		
Foi verificada a compatibilidade da contratação com as leis orçamentárias e a disponibilidade de recursos para a despesa?		
Há Estudo Técnico Preliminar ou documento equivalente contendo informações suficientes sobre a contratação, inclusive quantitativo demandado, local de entrega do bem ou local de prestação do serviço?		
Foi apresentada justificativa técnica e administrativa da vantagem da adesão em relação à realização de procedimento próprio?		



Os valores registrados na ata estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, mediante pesquisa, consulta a bases públicas, contratações similares ou outro parâmetro idôneo?		
O fornecedor beneficiário da ata aceitou expressamente o pedido de adesão?		
Houve autorização do órgão ou entidade gerenciadora da ata para a adesão pretendida?		
Foi verificado se a ata a que se pretende aderir é gerenciada por órgão ou entidade apta a admitir adesão, nos termos da legislação aplicável?		
Foi observado o limite quantitativo máximo admitido para adesão, inclusive o limite percentual em relação aos quantitativos registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes?		
A adesão será formalizada dentro do prazo legal contado da autorização do órgão ou entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata?		
Em caso de necessidade de prorrogação do prazo para formalização da adesão, foi obtida autorização do órgão ou entidade gerenciadora?		
A contratação decorrente da adesão será formalizada por instrumento contratual, nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil?		
O instrumento de contratação será firmado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços?		
Foram juntados aos autos os documentos da ata, edital, termo de referência, proposta vencedora, autorização de adesão, aceite do fornecedor e demais documentos necessários à conferência do objeto, preço e condições registradas?		
Foram realizadas consultas cadastrais e de impedimentos do fornecedor, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, sanções, inidoneidade e demais registros pertinentes?		
Consta consulta ao CADIN ou registro equivalente, quando aplicável?		



Foi avaliada a compatibilidade do objeto registrado com a necessidade administrativa, as condições locais de execução, os prazos, as garantias, a fiscalização e a forma de pagamento?		
Foi verificado se a adesão não caracteriza burla ao planejamento, fracionamento indevido, fuga de licitação própria, escolha artificial de fornecedor ou contratação antieconômica?		
Houve manifestação sobre critérios de sustentabilidade aplicáveis ou justificativa para sua não adoção?		

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			

ANEXO X - MODELO DE DESPACHO SANEADOR

Este modelo deverá ser utilizado para formalizar a identificação de falhas, omissões, inconsistências, riscos ou pendências na fase preparatória da contratação, indicando de forma objetiva as providências necessárias ao saneamento da instrução processual antes do prosseguimento do processo.

Processo eletrônico nº	
Unidade requisitante	
Objeto da contratação	



Modalidade/procedimento previsto	
Valor estimado	
DESPACHO SANEADOR Nº	

1. Síntese da contratação

[Descrever, de forma resumida, a necessidade administrativa, o objeto pretendido, o estágio atual do processo e a etapa em que foi identificada a falha ou pendência].

2. Falhas, omissões, inconsistências ou riscos identificados

Item	Descrição da pendência	Documento/etapa afetada	Fundamento ou risco associado
1			
2			
3			

3. Providências recomendadas

Item	Providência exigida	Responsável	Prazo
1			
2			
3			

4. Fundamentação

O presente despacho saneador fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios do planejamento, motivação, eficiência, segregação de funções, transparência, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, bem como nas disposições da Instrução Normativa CGM nº 01/2026 relativas à instrução processual, gestão de riscos, tramitação eletrônica, juízo de admissibilidade e saneamento de falhas na fase interna.

5. Advertência quanto ao prosseguimento

Enquanto não sanadas as pendências apontadas, fica suspenso o prosseguimento do processo para a fase externa, contratação direta, análise jurídica, assinatura contratual ou emissão de instrumento equivalente, quando a falha comprometer requisito essencial da fase preparatória.

6. Encaminhamento



Encaminhem-se os autos à [unidade responsável pelo saneamento] para adoção das providências indicadas, no prazo assinalado de [estipular prazo], devendo a resposta ser específica, motivada, conclusiva e acompanhada dos documentos comprobatórios pertinentes.

Após o saneamento, retornem os autos a esta unidade administrativa, para manifestação expressa quanto ao atendimento integral, atendimento parcial, não atendimento da pendência ou reconhecimento de vício insanável.

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			

ANEXO XI - CHECKLIST DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS PREPARATÓRIOS

Este checklist deverá ser utilizado na fase preparatória das contratações públicas, antes da publicação ou disponibilização de documentos no PNCP, portal da transparência, sítio eletrônico municipal, diário oficial, plataforma de compras ou outro meio oficial, como instrumento de conferência da compatibilização entre publicidade administrativa, transparência, controle social, proteção de dados pessoais, segurança da informação e rastreabilidade dos autos.

Processo eletrônico nº	
Unidade responsável pela publicação	
Objeto da contratação	
Documento(s) a publicar ou disponibilizar	



Meio de publicação ou disponibilização	PNCP / Portal da transparência / Sítio municipal / Diário oficial / Plataforma de compras / Outro
Data da análise	

VERIFICAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Atende plenamente?	Local no processo eletrônico
Foi avaliada a existência de dados pessoais, dados pessoais sensíveis, informações protegidas por sigilo legal ou dados desnecessários à finalidade da publicação?		
A publicação preserva objeto, quantitativos, valores, justificativas, critérios de escolha, motivação administrativa, identificação necessária ao controle público, vantajosidade, análise de riscos, pesquisa de preços e demais elementos essenciais à transparência?		
A divulgação de dados pessoais foi limitada ao estritamente necessário à finalidade do ato, evitando exposição excessiva, desnecessária ou desproporcional?		
Foram identificados, quando existentes, dados como CPF, RG, CNH, título de eleitor, passaporte, carteira profissional, matrícula pessoal, endereço residencial, telefone pessoal, e-mail pessoal, dados bancários, assinatura manuscrita, data de nascimento, filiação, estado civil ou informações familiares?		
Foram identificados, quando existentes, dados pessoais sensíveis, dados de crianças ou adolescentes, dados de pessoas em situação de vulnerabilidade ou informações trabalhistas, previdenciárias, médicas, disciplinares, fiscais ou patrimoniais individualizadas sem relevância pública direta?		
Quando necessário, foi produzida versão pública com ocultação, supressão, pseudonimização, anonimização, resumo ou restrição parcial dos dados pessoais excedentes?		
A versão pública preserva a compreensão do conteúdo essencial, a rastreabilidade da decisão administrativa e a possibilidade de controle da legalidade, economicidade, impessoalidade e motivação?		



A versão integral do documento foi preservada nos autos eletrônicos, com nível de acesso compatível, trilha de auditoria e disponibilidade aos órgãos de controle competentes?		
A restrição de acesso, quando adotada, foi motivada nos autos, com indicação do fundamento legal, documento afetado, informação protegida, grau de restrição e possibilidade de divulgação de versão pública?		
Foi evitada classificação restritiva genérica, excessiva, imotivada ou utilizada para afastar indevidamente a publicidade de atos de contratação pública?		
Houve registro nos autos da análise de dados pessoais, sigilo, restrição de acesso e necessidade de versão pública, por certidão, despacho, marcação no sistema, campo de checklist ou declaração equivalente?		

Registro do preenchimento			
Local		Data	
Hora		Versão/Revisão	
Responsável pelo preenchimento			
Nome		Matrícula	
Cargo/Função		Unidade	
Assinatura:			



DECRETO Nº 7654/2026

REVOGA DECRETO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARANDAÍ no uso das faculdades que lhe confere o art. 84, IV, da Constituição Federal; art. 90, VII, Constituição do Estado e art. 73 e 74 da LOM, e;

CONSIDERANDO análise de alinhamento normativo, funcional e a possibilidade de regulamentação da governança das contratações públicas e da gestão de riscos disciplinada por meio de Instrução Normativa específica a ser editada pela Controladoria-Geral do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 7645, de 29 de junho de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal Prefeito Agostinho Corsino de Oliveira, 08 de julho de 2026.

Clairton Dutra Costa Vieira
Prefeito Municipal

Geovane Furtado da Costa
Secretário de Governo

Publicado no Saguão de Entrada do Paço Municipal Prefeito Agostinho Corsino de Oliveira, em mesmo dia, mês e ano de sua data. Carandaí, 08 de julho de 2026.

Geovane Furtado da Costa - Secretário de Governo.

PORTARIA Nº 177/2026

CONCEDE APRIMORAMENTO INTELECTUAL A SERVIDORA

A Diretora Presidente do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, no uso das faculdades que lhe confere a legislação municipal em vigor e;

CONSIDERANDO requerimento da servidora Alessandra Benfenatti de Souza, protocolado sob o nº 3525, datado em 03.07.2026;

CONSIDERANDO o parecer favorável e deferimento por parte da Comissão de Avaliação de Desempenho do estágio

probatório, de aprimoramento intelectual e de seleção.

RESOLVE

Art. 1º Conceder à Alessandra Benfenatti de Souza, ocupante do cargo de Enfermeiro, o aprimoramento intelectual concedido pela apresentação do diploma de Pós Graduação Lato Sensu em Enfermagem em Estomaterapia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03.07.2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, 08 de julho de 2026.

Celine Maria Pinto Abidalla Barreto
Diretora Presidente

Marcia Helena da Silva Costa
Diretora Administrativa e Financeira Interina

Publicada no Saguão de Entrada do Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí, em mesmo dia, mês e ano de sua data. Carandaí, 08 de julho de 2026.

- Diretora Administrativa e Financeira Interina.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carandaí CNPJ: 18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro, Carandaí/MG. Contrato nº: 0115/2026 Credor: AMETTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA CNPJ: 37.059.533/0001-59 Assinatura: 15/06/2026 Vigência: 15/06/2026 a 27/05/2027 Termo: INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO COMPARTILHADA Objeto: FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS ESCOLARES com o objetivo de atender as demandas administrativas, operacionais dos municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carandaí CNPJ: 18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro, Carandaí/MG. Contrato nº: 0116/2026 Credor: ACHEI INDUSTRIA DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ: 08.221.047/0001-97 Assinatura: 15/06/2026 Vigência: 15/06/2026 a 27/05/2027 Termo: INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO COMPARTILHADA Objeto: FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS ESCOLARES com o objetivo de atender as demandas administrativas, operacionais dos municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carandaí CNPJ: 18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro, Carandaí/MG. Contrato nº: 0118/2026 Credor: HM INFORMATICA LTDA CNPJ: 34.240.500/0001-12 Assinatura: 25/06/2026 Vigência: 25/06/2026 a 27/05/2027 Termo: INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO COMPARTILHADA Objeto: FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS ESCOLARES com o objetivo de atender as demandas administrativas, operacionais dos municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carandaí CNPJ: 18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro, Carandaí/MG. Contrato nº: 0119/2026 Credor: INDUSTRIA DE MOVEIS RIO VERDE LTDA CNPJ: 08.003.034/0001-41 Assinatura: 25/06/2026 Vigência: 25/06/2026 a 27/05/2027 Termo: INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO COMPARTILHADA Objeto: FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS, REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS ESCOLARES com o objetivo de atender as demandas administrativas, operacionais dos municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carandaí CNPJ: 18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro,



Carandaí/MG. Contrato nº: 0122/2026
Credor: ORISVALDO SILVA JUNIOR-ME
CNPJ: 11.169.061/0001-01 Assinatura:
25/06/2026 Vigência: 25/06/2026 a
28/05/2027 Termo: INCLUSÃO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA
PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO
COMPARTILHADA Objeto:
FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS,
REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA
SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS
ESCOLARES com o objetivo de atender as
demandas administrativas, operacionais dos
municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura
Municipal de Carandaí CNPJ:
18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça
Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro,
Carandaí/MG. Contrato nº: 0123/2026
Credor: M.B COSTA ACESSÓRIOS LTDA
CNPJ: 40.183.585/0001-47 Assinatura:
25/06/2026 Vigência: 25/06/2026 a
28/05/2027 Termo: INCLUSÃO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA
PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO
COMPARTILHADA Objeto:
FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS,
REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA
SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS
ESCOLARES com o objetivo de atender as
demandas administrativas, operacionais dos
municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura
Municipal de Carandaí CNPJ:
18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça
Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro,
Carandaí/MG. Contrato nº: 0124/2026
Credor: FILIAL- GO VENDAS
ELETRÔNICAS LTDA CNPJ:
36.521.392/0002-62 Assinatura: 15/06/2026
Vigência: 15/06/2026 a 29/05/2027 Termo:
INCLUSÃO DE DOTAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS PARA PAGAMENTO
Modalidade: LICITAÇÃO COMPARTILHADA
Objeto: FORNECIMENTO DE
MOBILIÁRIOS, REVESTIMENTO DE PISO
COM GRAMA SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E
PARQUINHOS ESCOLARES com o objetivo
de atender as demandas administrativas,
operacionais dos municípios consorciados
ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura
Municipal de Carandaí CNPJ:
18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça
Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro,
Carandaí/MG. Contrato nº: 0128/2026
Credor: FOX INDUSTRIA METALURGICA
LTDA CNPJ: 29.178.797/0001-01
Assinatura: 15/06/2026 Vigência: 15/06/2026
a 01/06/2027 Termo: INCLUSÃO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA

PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO
COMPARTILHADA Objeto:
FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS,
REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA
SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS
ESCOLARES com o objetivo de atender as
demandas administrativas, operacionais dos
municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura
Municipal de Carandaí CNPJ:
18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça
Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro,
Carandaí/MG. Contrato nº: 0139/2026
Credor: JULIANO VEZENTIN COMERCIAL
LTDA CNPJ: 08.694.780/0002-00
Assinatura: 15/06/2026 Vigência: 15/06/2026
a 03/06/2027 Termo: INCLUSÃO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA
PAGAMENTO Modalidade: LICITAÇÃO
COMPARTILHADA Objeto:
FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS,
REVESTIMENTO DE PISO COM GRAMA
SINTÉTICA, UTENSÍLIOS E PARQUINHOS
ESCOLARES com o objetivo de atender as
demandas administrativas, operacionais dos
municípios consorciados ao CODAMMA.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ORGÃO CONTRATANTE: Prefeitura
Municipal de Carandaí CNPJ:
18.094.797/0001-07. ENDEREÇO: Praça
Barão de Santa Cecília, nº68 – Centro,
Carandaí/MG. Contrato nº: 0203/2025
Credor: JVL CONSTRUÇOES E PROJETOS
LTDA CNPJ: 10.495.862/0001-96
Assinatura: 29/06/2026 Vigência: 29/06/2026
a 31/07/2026 Termo: INCLUSÃO DE
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA
PAGAMENTO Processo: 000010025
Modalidade: CONCORRÊNCIA Objeto:
Contratação de empresa de engenharia
especializada para a conclusão da obra de
pavimentação do logradouro Morro da
Ressaca - Hermilo Alves na cidade de
Carandaí-MG.